



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Suporte Educacional
Coordenação Regional de Ensino do Paranoá/Itapoã
Escola Classe Café Sem Troco**

Proposta Pedagógica

Escola Classe Café Sem Troco

CRE – Paranoá/Itapoã

2022

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

HÉLVIA PARANAGUÁ

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

RANIERI CARNEIRO FALCÃO

Coordenador da Regional de Ensino do Paranoá/Itapoã

SHEYLA CRISTINA ALVES PASSOS

Diretora da Escola Classe Café Sem Troco

SOLANGE MICHELLE DE OLIVEIRA

Vice-Diretora da Escola Classe Café Sem Troco

NATHALIA FERREIRA DA SILVA

Supervisora da Escola Classe Café Sem Troco

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

DIREÇÃO ESCOLAR

- Sheyla Cristina Alves Passos
- Solange Michelle de Oliveira

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

- Nathália Ferreira da Silva

CHEFE DE SECRETARIA

- Roberto de Sousa Ataíde

SERVIDORAS READAPTADAS

- Elaine Ferreira do Nascimento
- Eva Inez Medeiros da Silva
- Rosângela Monteiro dos Santos

COORDENADORES PEDAGÓGICOS

- Irlana Barbosa Lima – Coordenadora Pedagógico da Escola Integral
- Andressa Nayane Gonçalves da Silva – Coordenadora Pedagógica

CORPO DOCENTE DA ESCOLA CLASSE CAFÉ SEM TROCO

- Cleomar Nunes Pereira
- Edna Socorro Jatobá Ferreira
- Francisco Paulo Falbo Gontijo
- Janete José de Farias
- Maria da Soledade Aires dos Santos
- Netinha Alves Moreira
- Sílvia Regina Barreto Falbo
- Tânia de Souza Rodrigues
- Ana Paula Alves dos Santos
- Daniel Batista de Lima
- Elida de Sousa Magalhães
- Ercilane Gerônimo da Cunha

- Genelice Lima Ferreira
- Gledson Araújo Tintino
- Ivania dos Santos Ornelas
- Karine Gerealda Gomes
- Luciane Bispo Teles
- Lucineide Bispo Teles
- Ludimila Gomes Torres Pereira
- Marcia Noreth da Costa
- Marília Silva de Aguiar Pontes
- Raquel Gomes Alves Mendes
- Renilda Pereira Romeiro Alves
- Simone Silveira de Oliveira

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

- Carência aberta

SALA DE RECURSOS

- Glaice Pereira D'Aparecida

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

- Keike Ferraz Braz

VIGILÂNCIA, COZINHA GERAL, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

- Gilson Xavier da Silva
- José Horácio Pereira da Silva
- Robson Rocha Fernandes
- Marcos Marques Diogo
- Maria do Carmo Gomes de Almeida
- Eina da Silva
- Maria Salete Marinho Gonçalves
- Maria Helena Nunes Sousa
- Douglas Romano de Oliveira
- Francisco Ivan Leandro da Silva
- Maria Izabel Leite Paixão

- Jucilene Neres de Santana Monteiro
- Veronildo Joaquim Pires
- Patricia Candido de Freitas
- Juscélia de Santana Monteiro
- Ana Karolyne Santana Lima
- Simão Galdino da Silva

COMUNIDADE ESCOLAR

- Pais e responsáveis legais dos estudantes

CORPO DISCENTE

- Estudantes com matrículas vinculadas à Escola Classe Café Sem Troco

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR

- Eldinei Rodrigues da Silva – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores das Quebradas dos Neres / Guimarães.
- Leonilton Pereira Freire – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Café Sem Troco
- Keila Solange Leite Sousa – Representante dos pais de estudantes – Conselho Escolar

SUMÁRIO

	Mensagem da Equipe Escola Classe Café sem Troco	08
1.	O conceito epistemológico de Projeto Político Pedagógico (PPP).....	09
2.	Apresentação da Proposta Pedagógica.....	11
3.	Marcos conceituais, pedagógicos e normativos da Educação do Campo Brasileira.....	12
4.	A Educação do Campo no Distrito Federal.....	14
5.	O Inventário Social, Histórico e Cultural.....	16
6.	Historicidade da Comunidade e da Unidade Escolar.....	18
7.	Diagnóstico da realidade Escolar.....	19
8.	Recursos Humanos e estruturais da Unidade Escola.....	20
8.1	Infraestrutura Física e Instalações	20
8.2	Recursos humanos (Professores, Auxiliares e Funcionários).....	21
8.3	Corpo Discente.....	21
8.4	Programas Sociais e Órgãos Colegiados.....	21
9.	Função Social da Unidade Escolar.....	22
10.	Princípios Norteadores das Práticas Pedagógicas.....	22
11.	Objetivos / Metas da Unidade Escolar	23
11.1	Objetivo geral.....	23
11.2	Objetivos específicos.....	23
12.	Concepções teóricas da Prática Pedagógica	25
13.	Organização das Ações Pedagógicas na Unidade Escolar	26
14.	Concepções, práticas e estratégias de avaliação do processo ensino aprendizagem.....	26
15.	Organização Curricular e Pedagógica da Unidade Escolar	27
16.	Etapas da Educação Básica.....	30
16.1	Classe Especial.....	30
16.2	A Educação Infantil.....	31
16.3	O Ensino Fundamental (Anos Iniciais).....	32
17.	A Equipe de Apoio Educacional	36
17.1	Orientação Educacional	36
17.2	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	36
17.3	Equipe Especializada de apoio à Aprendizagem (EEAA).....	38

18.	Intervenção Disciplinar	38
18.1	Condutas Indisciplinadas no Ambiente Escolar	39
18.2	Do Regime Disciplinar de Caráter Pedagógico.....	40
18.3	Recursos Disciplinados Complementares.....	41
19.	Organização do Trabalho Pedagógico.....	42
20.	Quadro síntese dos Projetos Pedagógicos	43
20.1	Projeto Inclui.....	44
20.2	Projeto Educação Com Movimento (PECM – Educação Física nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	44
20.3	Projeto Plenarinho.....	46
20.4	Projeto Interventivo.....	48
20.4.1	O Projeto Interventivo na SEEDF	49
21.	Anexos.....	53
22.	Referências Bibliográficas.....	85

MENSAGEM DA EQUIPE ESCOLA CLASSE CAFÉ SEM TROCO

Segundo Moacir Gadotti (1998, p. 52) “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar períodos de instabilidade e buscar novas estabilidades em função da promessa que cada projeto contém de ser e estar melhor que o presente.

Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os possíveis campos de ação, comprometendo seus atores e autores. Deste modo a Proposta Pedagógica torna-se fundamental para a Escola por ser o elemento norteador de todas as ações educacionais nela aplicadas, onde o mesmo visa o sucesso na aprendizagem integral dos estudantes, sendo esta a maior finalidade da Escola como instituição social e educacional. Nessa perspectiva, devemos considerar a Proposta Pedagógica como um valioso instrumento que assegura o sucesso da formação dos estudantes.

Nossa Escola reafirma o compromisso com uma Educação pública de qualidade, que proporciona o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas, sociais, afetivas e voltada aos estudantes, contribuindo assim para a construção integral de cidadãos capazes de agir com dignidade, respeito, justiça e responsabilidade perante a sociedade em que vivem. Assim, ocorre a necessidade de desenvolvermos projetos que mantenham interligadas todas as dimensões humanas de aprendizagem (cognitiva, afetiva e motora), pois uma vez que alcancemos a integralidade entre essas dimensões, conseguiremos transformá-la em um ambiente de imensa importância para a vida e a formação em sociedade.

Nossa Proposta Pedagógica orientará o trabalho pedagógico e as ações da Escola por meio de diversas formas de planejamento, todas interligadas ao diálogo constante na busca por soluções com base na ação coletiva. Por meio dela, construiremos uma relação sólida entre educandos, educadores, Comunidade e Escola, tornando esta mais efetiva, participativa e democrática. A construção de uma Escola que valoriza as relações estabelecidas pelos sujeitos assegura uma aprendizagem voltada para o sucesso do estudante.

Portanto, este documento objetiva situar o corpo docente e a Comunidade Escolar quanto aos procedimentos essenciais pertinentes à Proposta Pedagógica da Escola Classe Café Sem Troco. Não queremos que este seja apenas um documento teórico, pois, mais que teorias pedagógicas e visões teóricas e metodológicas, torna-se necessária a viabilização efetiva deste projeto, norteando todas as intenções dos indivíduos da Comunidade Escolar, orientando a tomada de decisões e garantindo a unidade de ação e o comprometimento de todos em nossa missão formadora.

1. O CONCEITO EPISTEMOLÓGICO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Um dos principais documentos norteadores do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino é o Projeto Político-Pedagógico, também conhecido por PPP.

É o documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a Escola, em toda a sua estrutura, consiga atingir os objetivos a que se propõe. O PPP visa melhorar a capacidade de ensino da Escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas. É através dos princípios democráticos apontados pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) de 1996 que encontramos o aporte legal da Escola na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a Escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da Educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

É **projeto**, porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. Refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos, estratégias e métodos para a realização de determinadas ações. Dessa forma, Escolas, creches, prefeituras e secretarias de Educação devem estabelecer essas metas e propor meios de transformá-las em realidade, com o envolvimento de toda a Comunidade Escolar. É **político** por considerar a Escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. Esse termo é fundamental, porque traz a função social da Escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais. Notadamente, a Escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem. Também é **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. O termo “pedagógico” também serve para que a Escola nunca se esqueça de que todos os seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os estudantes da instituição.

O PPP deve possibilitar à Escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na Escola.

Acreditamos que neste documento estão expostas, para além de diretrizes pedagógicas ou operacionais, a nossa concepção de Educação compromissada e almejada com a formação integral da nossa Comunidade Escolar, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas a que

se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios na busca de uma Educação com função e qualidade social para a população do Distrito Federal.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, vem enviando esforços no sentido de melhorar a qualidade e a produtividade do Ensino Público. Nesse sentido, a Escola Classe Café Sem Troco procura realizar uma prática pedagógica que objetiva desenvolver uma Educação com qualidade que possa atingir os objetivos propostos, garantindo sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

Este documento, elaborado pela Equipe Técnico – Pedagógica desta Escola Classe, apresenta o perfil de sua estrutura funcional, sua visão de futuro, metas, valores e missão, alicerçados por diretrizes e planos de ação mostrando, em linhas gerais, os maiores desafios a serem enfrentados no decorrer desta gestão.

No processo de construção e elaboração foi aplicado um questionário à Comunidade Escolar (pais/responsáveis e estudantes) no objetivo de obter informações para um melhor diagnóstico das expectativas destes em relação ao ensino, a Escola e a sociedade almejada, por meio do levantamento de opiniões do coletivo (Professores, servidores). Utilizamos, para esse diálogo com a Comunidade Escolar, a ferramenta PDDE INTERATIVO, observando as informações obtidas para pressupor as linhas gerais que norteariam toda a ação educativa adotada em busca de uma Escola Pública de maior excelência.

O questionário apresentava as seguintes questões, entre outras:

- O que você espera da Escola?
- Que atividades você gostaria que fossem desenvolvidas na Escola?
- Quais as suas responsabilidades para com a Escola?
- Quais as suas sugestões/ necessidades para o avanço da Escola?

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Café Sem Troco, assim, foi construída em conjunto com toda a Comunidade Escolar e seus representantes, proporcionando momentos de leitura, discussões, reflexões e (re) avaliações de todos os membros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da Escola, onde a expectativa e o direcionamento de todos os nossos esforços estão em fazer um trabalho de maior excelência para juntos alcançarmos os melhores resultados.

3. MARCOS CONCEITUAIS, PEDAGÓGICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRA

O conceito de Educação do Campo emerge da luta empreendida pelos sujeitos do campo e suas organizações, visando à superação da situação degradante na qual o meio rural se encontra imerso. Essa luta envolve, também, a busca da garantia do direito a uma Educação *do e no* campo, ou seja, pretende-se que as “pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve se dar a partir de sua própria história, cultura e necessidades”. (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 19).

O termo Educação do Campo foi concebido no contexto da *Conferência Nacional por uma Educação do Campo*, realizada em 1998. A partir de então, o campo passou a ser visto como um novo espaço de vida, que não se resume à dicotomia urbano/rural, mas que respeita as especificidades sociais, étnicas, culturais, ambientais de seus sujeitos e que garanta o direito a uma Educação do Campo, assegurando a possibilidade de pessoas serem educadas no lugar onde vivem, sendo participantes ativas do processo de construção da própria ação educativa. (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 11).

A fundamentação teórica do presente documento é coerente com marcos conceituais e normativos nacionais e distritais, apresentados. O Plano Distrital de Educação - PDE, em sua Meta 8 (p. 29), assegura “garantir a Educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou à Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, conforme Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo”.

A Educação do Campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Escolar, por meio de um currículo que concebe a aprendizagem como parte de um processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos articulados com a dimensão empírica da vida e da cultura dos sujeitos do campo. Deve-se considerar, para além da lógica da modernidade e do senso comum, que as populações camponesas desenvolveram, ao longo de gerações ocupadas com o trabalho com a terra, conhecimentos a partir de seus espaços de produção da existência, que consolidaram modos de vida específicos, promoveram soluções

inovadoras de utilização dos recursos naturais e foram produtores de uma rica cultura camponesa nos seus aspectos mais amplos (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 13).

Ressaltam – se também nessas diretrizes (p. 11) os temas relativos às abordagens teóricas e metodológicas previstas para a Educação do Campo, com destaque para a proposta de realização do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, por meio do qual se pretende: conhecer o lugar em que a Unidade Escolar (UE) se insere; compreender as relações sociais e ecológicas que envolvem as Comunidades (Escolar e local), bem como as possíveis influências das mesmas comunidades em uma área de abrangência maior, além de fornecer subsídios para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das Unidades Escolares do Campo, de maneira coerente com as necessidades e características de seus sujeitos.

Tais abordagens e práticas pedagógicas devem apoiar-se no modo de existência desse sujeito camponês objetivando a superação da dicotomia rural/urbano e da visão preconceituosa e equivocada do campo como lugar de atraso, distante do conhecimento científico e da vida intelectual, considerados como presentes somente na cidade (p. 13). De toda forma, compreender a relação campo-cidade e as possibilidades de superação dessa visão dicotômica sobre os territórios implica entender que as relações sociais que ocorrem entre os sujeitos e as instituições presentes nesses territórios são construções históricas que marcam a produção social do espaço e que em nossos dias transpassam os limites definidos geograficamente, muito em função das novas tecnologias e da circulação do capital que ocorrem de maneira sobreposta. Destaca – se ainda (p. 14) que o “campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. Trata-se de território de produção de vida e de trabalho. Um trabalho diferenciado daquele que caracteriza o contexto urbano, porém igualmente relevante e respeitado. Essa diferença produz marcas que devem ser consideradas nas práticas pedagógicas. É nesse sentido que o enfoque da Educação **do** e **no** Campo vem sendo constituído por aqueles que lutam pelo seu reconhecimento como um território diferenciado, nem melhor, nem pior do que o meio urbano, apenas diferente, outro contexto social, outra escolha, outra possibilidade de vida, igualmente relevante”.

Entre os dispositivos normativos que fundamentam estas diretrizes, são referências, no âmbito nacional: a Constituição Federal, de 1988; a Lei Federal 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional (LDB) e os documentos legais reunidos na obra Educação do Campo: marcos normativos, publicada em 2012 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi/MEC). No âmbito distrital, devem ser citados: a *Resolução nº 1/2018-CEDF*, que estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal; o *Currículo em Movimento para a Educação Básica*; a *Lei 4.751/2012, de 7 de fevereiro de 2012*, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de

Ensino Público do Distrito Federal; o *Plano Distrital de Educação*, aprovado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que apresenta a Meta 8 como garantia da Educação Básica a toda população camponesa do DF; e o *Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*, de 2015, destacadamente em seu Título II: Do nível, das etapas e das modalidades de Educação e ensino, Capítulo II – Das modalidades da Educação, Seção IV, Da Educação do Campo.

Uma política de Educação do Campo requer, portanto, o reconhecimento de que a cidade não é superior ou mais avançada se comparada ao campo e, a partir desta compreensão, deve impor novas relações baseadas na horizontalidade e na solidariedade. Nessa concepção, o campo é visto, acima de tudo, como um espaço de cultura singular, rico e diverso (p. 14).

4. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO DISTRITO FEDERAL

As Escolas do Campo estão inseridas em territórios educativos com a presença de populações camponesas, suas formas de trabalho e produção de bens materiais e imateriais, suas contradições de base social e econômica, como a agricultura camponesa, o agronegócio e manifestações culturais locais. Considera-se também, como Escola do Campo, a Unidade Escolar situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), e aquela Unidade Escolar situada em área urbana que atenda, predominantemente, à população do campo (Portaria 419 de 20/12/2018, p. 2).

A Macrozona Rural do Distrito Federal, segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2015) tem cerca de 421.352,00 hectares, onde vivem aproximadamente 88 mil pessoas e existem 3,9 mil estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos, apesar de serem responsáveis pela maioria dos alimentos orgânicos produzidos no DF, ocupam uma área de apenas 10,8 mil hectares, dos quais 46,1% são dedicados à agricultura familiar (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 22).

Após a publicação da Portaria nº 419/2018 - SEEDF, de 21 de Dezembro de 2018, que instituiu a Política Pública de Educação do Campo no Distrito Federal, os aspectos pedagógicos e sociais, representados por meio do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, adquiriram primazia em relação aos aspectos relacionados ao planejamento territorial e urbano, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), prevalecendo a legislação pedagógica e educacional sobre a legislação urbanística. A definição da identidade escolar como Escola do Campo deverá ser espelhada no Inventário e no Projeto Político-Pedagógico da Escola, os quais

são documentos imprescindíveis para viabilizar a implementação da política pública da Educação do Campo (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 23).

O Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, em seu Artigo 74 (p. 46), versa que “A modalidade de ensino Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como as modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada com o Ensino Médio”. O inciso 1º deste o complementa com a seguinte redação: “Destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros”, enquanto seu 2º inciso caracteriza Escola do Campo como “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”.

4.1 - São fundamentos da Educação do Campo:

I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de Educação de Jovens e Adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto o horário e Calendário Escolar;

II - fomentar Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao Ensino Fundamental, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;

III - contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a Comunidade Escolar e a população próxima às Escolas do Campo;

IV - facilitar acesso à Educação Profissional e Tecnológica, integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada.

Em consonância com os objetivos elencados destacamos a estreita relação com a Meta 08 do Plano Nacional de Educação (2015, p. 137) onde destaca: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados á Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

No Artigo 79 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal é descrito que a oferta de Educação do Campo com padrões de qualidade, está subordinada ao cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e dos marcos legais para a Educação do Campo constantes nos documentos da SEEDF (p. 48). Na redação do Artigo 80, na mesma página, lê – se que “A organização e o funcionamento das Unidades Escolares do Campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições, podendo ter Calendário Escolar próprio, desde que previamente aprovado pela SEEDF”.

5. O INVENTÁRIO SOCIAL, HISTÓRICO E CULTURAL

O Inventário é a ferramenta a ser utilizada pela Escola do Campo para conhecimento da sua realidade, a partir do levantamento e do registro sistematizados de informações sobre a história, a cultura, a natureza e a biodiversidade, as formas de produção e o trabalho e as organizações coletivas, em determinado território. O estudo acerca da comunidade, a partir de onde vivem as/os estudantes, as Famílias com seus laços sociais e o que produzem por meio do trabalho, é a base para a delimitação do espaço a ser inventariado (Cadernos RCC#15, p. 161).

Com sua construção prevista no Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL 2013), o Inventário é uma prática a ser defendida nos Projetos Pedagógicos das Escolas do Campo. Essa institucionalização do Inventário dá ênfase ao seu caráter coletivo e planejado, que envolve educadores e educandas/os no questionamento acerca da realidade na qual estão inseridas/os, relacionando os conteúdos do currículo à vida da comunidade e desenvolvendo atividades pedagógicas com base nessa relação.

Após a publicação da Portaria nº 419/2018 - SEEDF, de 21 de Dezembro de 2018, que instituiu a Política Pública de Educação do Campo no Distrito Federal, os aspectos pedagógicos e sociais, representados por meio do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, adquiriram primazia em relação aos aspectos relacionados ao planejamento territorial e urbano, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial,

prevalecendo a legislação pedagógica e educacional sobre a legislação urbanística (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 23).

Esta mesma Portaria, em seu Artigo. 4º, institui o Inventário Social, Histórico e Cultural como instrumento basilar na construção identitária da Escola do Campo, tendo como fundamento os processos sociais estabelecidos no território, os saberes próprios dos estudantes, como sujeitos do campo, a memória coletiva local, os conhecimentos historicamente estabelecidos pela sociedade e pelos movimentos sociais, como descrito nos seguintes incisos:

§ 1º O principal elemento educativo e norteador dos estudos da Comunidade Escolar camponesa, na construção do Inventário Social, Histórico e Cultural, é a terra;

§ 2º O Inventário Social, Histórico e Cultural constitui-se em instrumento investigativo coletivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, cuja essência como elemento técnico, visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as;

§ 3º Os aspectos pedagógicos e sociais, representados por meio do Inventário Social, Histórico e Cultural, têm primazia em relação aos aspectos relacionados ao planejamento territorial e urbano, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, prevalecendo a legislação pedagógica e educacional sobre a legislação urbanística.

O Artigo 76 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal (inciso V p. 47) também faz menção ao desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação das matrizes formativas das populações do campo, identificadas por meio de um inventário da Unidade Escolar e da Comunidade, como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade, de forma que os saberes e os fazeres do povo camponês constituam referência para a práxis pedagógica.

Assim, o trilhar da Educação do Campo no Distrito Federal vem se ampliando e se tornando cada vez mais significativo, na participação cada vez maior das Escolas nos espaços de construção coletiva, em avanços na formulação de políticas públicas e na superação dos obstáculos enfrentados. E o Inventário, como principal ferramenta de estudo, representa não só o ponto de partida para a construção das nossas Escolas do Campo, mas todo o trajeto a ser percorrido por elas.

6. HISTORICIDADE DA COMUNIDADE E DA UNIDADE ESCOLAR



... e pensar que tudo começou com a falta de moedas...

No cruzamento das rodovias DF-130 e DF-251, a caminho de Unaí (MG), existe um povoado chamado Café Sem Troco. A origem do nome virou lenda: uma vendinha que servia café aos motoristas nunca tinha troco para o cliente.

Alguém escreveu, a carvão, no madeirite: Café Sem Troco. Passados quase 40 anos, a bodega mudou de lugar, atravessou a pista, trocou de dono, mas continua a nomear um povoado em frenético crescimento. Da pequena comunidade ao redor do café sem moedinhas, o lugar está tomando proporções de bairro (e enfrentando o assédio dos grileiros e a vigilância dos fiscais fundiários de Brasília).

Como acontece na zona rural de todo o Distrito Federal, o colégio se apropriou do nome do povoado ou do núcleo rural onde se insere. A Escola Classe Café Sem Troco está em funcionamento desde 15/10/1992, onde inicialmente funcionava em terras de propriedade do Sr. Neil Guedes.

A Professora Dagma Ferreira Alves respondia pela Direção da Escola, que na época funcionava com turmas multi-seriadas, atendendo os estudantes da Quebrada dos Guimarães, Quebrada dos Neres e também do povoado do Café Sem Troco.

Com o passar do tempo, aumentou o número de estudantes, necessitando de um prédio maior. Assim um novo prédio, ativo até hoje, foi construído em terreno vizinho.

Atendendo a necessidade, foi construída a ala esquerda com duas salas de aula, dois banheiros, pátio, cantina, depósito, sala de Direção e Secretaria Escolar.

Posteriormente, em virtude do aumento do quantitativo de estudantes, em 1997 foi construída a ala direita. Com esta ampliação e disponibilização de transporte escolar, todos os estudantes da região passaram a ser atendidos na unidade Café Sem Troco, extinguindo assim o antigo anexo que ainda funcionava nas Quebradas dos Guimarães. Em 2015 foi iniciada a

construção de mais um bloco na Escola, devido a outro aumento no quantitativo de estudantes, bloco este que foi entregue e inaugurado no ano de 2017 pelo então Governador Rodrigo Rollemberg.

Hoje a Escola funciona em três blocos e mais quatro salas do Centro Comunitário, que é cedido pela comunidade para a Escola, atendendo a considerável marca de 359 estudantes.

O Sr. Adauto, ex-presidente da Associação Comunitária de Produtores Rurais, vem sempre contribuindo para que o ambiente escolar tenha melhores condições possíveis de atendimento à comunidade, como por exemplo, há alguns anos, ao buscar recursos junto à Caixa Econômica para a construção da quadra esportiva, que atende a população vizinha e estudantes da Escola.

A Professora Dagma esteve na Direção Escolar até o ano de 1998, desde então temos a seguinte sequência:

- *1999 – 2000 – Ivanice Alves
- *2000 a 2002 – Mariléia da Costa Tomás
- *2003 a 2004 – Sheila Augusto Ramos de Barros
- *2005 a 2006 – Andréia Pereira Campos
- *2007 a 2012 – Marcelo Soares de Oliveira
- *2013 a 2016 – Denise Vaz da Costa
- *2017 a 2019 – Sheyla Cristina Alves Passos
- *2020 a 2022 – Sheyla Cristina Alves Passos

7. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A Escola Classe Café Sem Troco, situada às margens da DF 130, km 32 – Núcleo Rural Café Sem Troco – Paranoá-DF, atende a uma comunidade bastante carente de recursos econômicos. Esta área apresenta diversas vulnerabilidades sociais que impactam seu desenvolvimento, como saneamento básico, segurança pública, lazer e comércios em geral, o que força sua população a se deslocar frequentemente a cidades circunvizinhas (Marajó, Alphavile, São Sebastião, Paranoá e Planaltina) para suprirem tais necessidades.

Por dificuldades de acesso, pouca escolaridade e diversos outros agravantes de situação, o acompanhamento dos estudantes realizado pela maioria dos pais/responsáveis legais não é o

mais desejável pedagogicamente. Outro fator de grande diferença nos resultados almejados pela Escola é a alta rotatividade dos estudantes que, por fatores econômicos, familiares e sociais mudam constantemente de região. Os pais/responsáveis legais dos estudantes, em sua grande maioria caseiros, transferem seus filhos de nossa Escola para outras regiões, descaracterizando tanto a formação/organização das turmas como o trabalho a ser desenvolvido pelos respectivos Professores durante o ano letivo. Os índices de aprendizagem adquirida sempre demonstram impactos negativos devido também a esse fenômeno.

8. RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Foram levantados dados a respeito dos seguintes tópicos: infraestrutura física e instalações, recursos humanos (Professores, auxiliares e funcionários), corpo discente, Programas e Projetos Interdisciplinares em desenvolvimento, Programas Sociais e Órgãos Colegiados existentes na Unidade Escolar.

8.1 - Infraestrutura Física e Instalações

SALAS FUNCIONAIS	BANHEIROS	DEMAIS INSTALAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - 08 Salas de Aula (Todas equipadas com Data Show); - 01 Sala de Direção; - 01 Sala dos Professores; - 01 Sala para Secretaria; - 01 Sala de Coordenação Pedagógica; - 04 salas cedidas pelo Centro Comunitário, localizado em um prédio anexo à Escola – uma destinada à Orientação Pedagógica (SOE), outra a sala de Recursos Generalista (SRG) e duas salas de aula regular; - 01 Sala de Aprendizagem Robótica (Projeto Include). 	<ul style="list-style-type: none"> - 03 Banheiros Femininos (sendo um no Centro Comunitário) - 03 Banheiros Masculinos (sendo um no Centro Comunitário) - 01 Banheiro para Professores - 01 Banheiro para Cadeirantes - Banheiro para Direção - 01 Banheiro para Funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 Cozinha Escolar; - 01 Refeitório; - 01 Copa; - 01 Depósito para a Merenda Escolar; - 01 Quadra poliesportiva coberta; - 01 Parquinho Infantil coberto; - 01 Piscina; - 01 Pátio Coberto.

8.2 - Recursos Humanos (Professores, Auxiliares e Funcionários)

EQUIPE GESTORA	EQUIPE PEDAGÓGICA	APOIO EDUCACIONAL	TERCEIRIZADOS
<ul style="list-style-type: none"> - Diretor; - Vice-Diretor; - Chefe de Secretaria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe Docente; - Supervisor Pedagógico; - Coordenadores Pedagógicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor da Sala de Recursos; - Pedagoga. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância Terceirizada; - Merendeiros; - Equipe de limpeza e conservação.

8.3- Corpo Discente

Modalidade	Nº. de Turmas	Número de estudantes do Período Matutino	Número de estudantes do Período Vespertino
Educação Infantil	05	39	52
Ensino Fundamental - 1º Ano	02	0	51
Ensino Fundamental - 2º Ano	03	57	0
Ensino Fundamental - 3º Ano	03	0	60
Ensino Fundamental - 4º Ano	02	25	18
Ensino Fundamental - 5º Ano	03	54	0
Classe Especial	01	0	3
Total	19	175	184
Total de Estudantes	-	359	-

8.4- Programas Sociais e Órgãos Colegiados

PROGRAMAS SOCIAIS	ÓRGÃOS COLEGIADOS
<ul style="list-style-type: none"> Bolsa Família; Cartão Material Escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Pais e Mestres; Conselho Escolar; Assembleia Geral Escolar.

8.4.1– Órgãos Colegiados

- Associação de Pais e Mestres (APM)
- Conselho Escolar
- Assembleia Geral Escolar

9 FUNÇÃO SOCIAL DA UNIDADE ESCOLAR

Garantir ao estudante acesso à Educação Pública de qualidade, ao conhecimento cientificamente sistematizado, a socialização de saberes diversos, ao patrimônio cultural acumulado historicamente e, a partir destes, estimular a criação de novas maneiras de conhecer o mundo em que vive e atua.

10 PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Optamos por uma proposta baseada na Pedagogia Emancipatória de Saviani (2005, p.75), que, por sua vez, deriva de uma concepção que articula Educação e sociedade, na qual o conhecimento não deve ser desvinculado de visão “crítico-social dos conteúdos”.

Nesse contexto, a Escola se constitui como lócus de divulgação e sistematização do saber construído historicamente pela humanidade e como uma instância articuladora do conhecimento em suas diferentes dimensões. Essa Escola deve ser pensada como instrumento capaz de formar sujeitos críticos e reflexivos, libertando-os das relações de opressão e dominação tornando-os capazes de assumir compromissos com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Os fins e princípios norteadores, estabelecidos pela Escola Classe Café Sem Troco para orientar a prática educativa do corpo docente, foram definidos de acordo com as diretrizes da constituição e da LDB, conforme preconizado pelo art. 13 da LDB, ou seja, “zelar pela aprendizagem dos estudantes” e, assim, formar cidadãos competentes, sensíveis e éticos. Para subsidiar a apropriação do conhecimento pelo estudante, os Professores planejam regularmente suas aulas em horário de coordenação e trocam ideias entre si, buscando utilizar diferentes recursos pedagógicos para atingir o desenvolvimento integral do estudante.

11. OBJETIVOS/METAS DA UNIDADE ESCOLAR

Nossos objetivos estão relacionados com a garantia de condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e de apropriação do próprio processo de construção do conhecimento por parte dos estudantes, através de experiência significativa e motivadora que desenvolva a capacidade de observação, análise, raciocínio-lógico, comunicação e abstração que apoiem a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Dessa forma, o desenvolvimento diário do trabalho será de forma reflexiva e questionadora para fortalecer e aprimorar as atividades diárias.

O PPP é um documento em constante avaliação e, sempre que houver precisão, o documento pode ser revisto pela Equipe, acrescentando ou modificando o que for necessário para melhorar o desempenho das atividades escolares. Também é previsto, no início do ano letivo, um debate para avaliarmos o PPP para o corrente ano.

Pretendemos possibilitar aprendizagens a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva interdisciplinar considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em/para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

11.1 – OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades para exercício pleno da cidadania, tendo como foco uma aprendizagem significativa para construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico, sem distinção de credo, etnia, opção religiosa ou filosófica.

11.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar qualidade de ensino através de práticas pedagógicas emancipatórias e conteúdos significativos;
- Trabalhar o desenvolvimento da autoestima e da motivação dos estudantes para o aprendizado, valorizando seus resultados e suas capacidades;
- Valorizar o trabalho em Equipe, buscando maior cooperação, integração, participação e autonomia do corpo docente e discente;
- Reduzir o índice de reprovação e distorção idade série;
- Fortalecer momentos de integração entre Comunidade e Escola;

- Promover transparência na prestação de contas dos recursos financeiros destinados a Escola Classe Café Sem Troco;
- Construir um Inventário Escolar que valorize e envolva a comunidade local, a fim de que se percebam como autores e agentes transformadores do contexto em que estão inseridos;
- Contribuir no suporte pedagógico aos docentes em assuntos referentes à Educação Inclusiva bem como aprofundar e ampliar a abordagem do tema;
- Proporcionar momentos que tornem a Família mais presente e corresponsável no ambiente escolar para que, junto aos Professores, esteja mais envolvida na busca pela efetiva Educação Integral dos estudantes.

12. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os constructos norteadores que fundamentam este projeto foram buscados nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEE/DF (2018) e nas teses de autores como Santomé, Emília Ferreiro e Paulo Freire, dentre outros.

Santomé (1998) afirma que “as propostas integradoras favorecem tanto o desenvolvimento de processos como o conhecimento dos problemas mais graves da atualidade”. Com base nas concepções teóricas de Emilia Ferreiro (2001), sobre a aprendizagem da língua escrita, houve uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área da alfabetização.

Alterou-se a concepção do processo de aprendizagem e reduziu a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita (alfabetização) e as práticas sociais efetivas de leitura e de escrita (letramentos), que devem acontecer de forma prazerosa e criativa (ludicidade). Pautamos, ainda, nossa proposta no pensamento de Paulo Freire, para quem educar é construir; é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o seu papel na História, a identidade do estudante.

Como previsto nos pressupostos teóricos da SEE/DF (2018), para promover aprendizagens a Escola deve trabalhar um currículo plural e flexível, que promova, nos espaços escolares, “a formação de sujeitos capazes de pensar e de atuar criticamente em seus ambientes de convivência”, além de oferecer possibilidades educacionais que “impliquem em situações concretas de aprendizagem, de modo interdisciplinar, contextualizado e articulado à vida social” (SEE/DF, 2014).

Citando Caldart (2004) e Barbosa (2012), os mesmos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2018) afirmam:

“Se falarmos de uma Escola ligada à vida, há que se notar que a vida do campo se difere da vida da cidade e que os sujeitos do campo têm matrizes formativas próprias: trabalho, terra, cultura, história, vivências de opressão, conhecimento popular, organização coletiva e luta social são matrizes dos sujeitos do campo” (CALDART, 2004; BARBOSA, 2012). Para a Educação do

Campo, o Currículo propõe alguns caminhos que a Escola deve percorrer, assumindo a tarefa de desenvolver e promover saberes, fazendo a ligação do meio com a realidade.

A avaliação merece destaque, pois é um processo amplo e abrangente que envolve todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos. Sobre o assunto, buscamos respaldo na LDB 9394/96, que promoveu mudanças, tanto no aspecto pedagógico, como no aspecto normativo. A Escola tem proporcionado momentos de estudo e discussão sobre este tema, que não deve se esgotar.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas, na relação Professor com o estudante e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste espaço. Portanto, a intervenção do Professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

As ações do Professor, no campo da avaliação, se apoiam no trabalho do Conselho de Classe - uma das mais relevantes instâncias avaliativas da Escola, que evidenciam ações pedagógicas e relatam progressos para a continuidade das aprendizagens do estudante.

Como previsto nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEE/DF (2014), a avaliação pedagógica na Escola Classe Café Sem Troco fundamenta-se no caráter processual, formativo e participativo. Procedida de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, ela deve levar em consideração tanto as estratégias didático-pedagógicas propostas como os processos de aprendizagens dos estudantes.

A avaliação das ações contidas neste projeto será realizada por meio da avaliação institucional; da caixa de críticas e sugestões e, dos encontros envolvendo Família, em reuniões pedagógicas e administrativas, que visam sempre promover reavaliações que possibilitem a revisão de estratégias mensais, semestrais e anuais.

De acordo com os Pressupostos Teóricos em Educação para a Diversidade (2018):

Os profissionais de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal são agentes públicos de grande importância para promover, garantir, defender e possibilitar a restauração de direitos dos milhares de cidadãos brasileiros – a grande maioria de nossos estudantes em estágio peculiar de desenvolvimento de desenvolvimento, que compõem todos os dias o universo de nossas Escolas. E é preciso que se lembre: muito deles com severos históricos de violação e negação de direitos (Pg. 53).

A Escola, em seu privilegiado espaço de promoção do Estado Democrático de Direito, não pode exercer uma prática negativa em relação ao que defende e, assim, colocar em xeque seu papel transformador de realidade, pois conforme vem sendo amplamente discutido em inúmeras convenções nacionais e internacionais, a Educação é um direito fundamental que contribui para a conquista de todos os demais direitos humanos. Daí a importância de termos a Educação em e para os Direitos Humanos como eixo transversal do Currículo da Educação Básica da rede pública do DF. (SEE/DF, pág. 54, 2014).

É nosso compromisso seguirmos tais recomendações no desenvolvimento do trabalho que envolve este PPP.

13. ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS NA UNIDADE ESCOLAR

A organização do trabalho pedagógico é feita em conformidade com as orientações pedagógicas de cada etapa/modalidade utilizando-se a Matriz Curricular correspondente.

Nossa Escola está estruturada em ciclos de formação, como decorrência do reconhecimento de que os estudantes são diferentes entre si e não se desenvolvem no mesmo tempo, da mesma maneira, na mesma sequência, de um jeito programado.

Sendo uma Escola do Campo, a organização do trabalho pedagógico pauta – se no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade por meio de processos democráticos participativos, e na alternância, como princípio e como método, quando se aplicar.

Os Professores, com o auxílio dos Coordenadores Pedagógicos e da Gestão Escolar, dedicam - se à organização dos tempos e espaços, para o cuidado e Educação dos estudantes. O educador desenvolve suas atividades articulando o espaço de forma a aperfeiçoar todo o ambiente, além dos materiais diversificados.

A relação Escola-Comunidade ocorre de forma direta, democrática e saudável, sendo que nossa Comunidade Escolar é sempre ouvida e convidada a participar da Gestão Escolar, seja por meio do Conselho Escolar, da APM, ou até mesmo através de reuniões, eventos e festividades que envolvam a Escola.

14. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM

O Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal tem como princípio a centralidade da ação educativa nos estudantes e possibilita aos gestores educacionais e à

Comunidade Escolar acompanhar as aprendizagens dos estudantes, por meio de dados emanados da Unidade Escolar e das análises realizadas pela SEEDF, com vistas a garantir os direitos às aprendizagens.

O Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal subsidia a implementação e/ou reorientação de políticas públicas, sem prejuízo da responsabilização do poder público, da Família, da sociedade e da Unidade Escolar, observados os princípios da diversidade, da sustentabilidade, da cidadania e dos direitos humanos.

Em nossa Escola Classe Café Sem Troco o Sistema Permanente de Avaliação Educacional tem caráter formativo, objetivando acompanhar, orientar, regulamentar e redirecionar o trabalho do Professor. A avaliação formativa destina-se a promover a aprendizagem, realizando os diferentes estilos de avaliação, onde todos os parâmetros avaliados são considerados informações diagnósticas de grande importância no processo formativo.

Os Professores promovem avaliação interdisciplinar e contextualizada, realizando momentos de estudo do ambiente (familiar, econômico e cultural) do entorno da Escola, usando diferentes recursos para avaliar os estudantes (observação das atividades diárias, registros orais e escritos, seminários, participação em sala e outros).

Dessa forma, o momento avaliativo na Escola Classe Café Sem Troco se dá nas diversas dimensões do processo educacional: diagnóstica, participativa, processual, contínua e acumulativa.

A avaliação diagnóstica envolve toda a escola. De acordo com o nível de escolaridade de cada turma, a equipe pedagógica elabora uma avaliação no início do ano letivo com o intuito de diagnosticar os conhecimentos prévios não só da turma, como de cada aluno individualmente. Durante as coletivas, os envolvidos analisam cada prova e o professor, a partir desse diagnóstico, planeja suas aulas e conteúdos a serem trabalhados.

Os resultados são discutidos bimestralmente no Conselho de Classe de Professores, registrados em forma de relatórios individuais discursivos, repassados aos pais no final de cada bimestre. Sempre que necessário acontecem reuniões baseadas em resultados processuais de cada turma ou estudante, e com o intuito de avaliarmos e orientarmos nosso trabalho com fins estritamente pedagógicos.

15. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DA UNIDADE ESCOLAR

Esta Proposta Pedagógica considera o estudante como um ser original, heurístico e criativo, que interage no convívio social e no espaço escolar, participando ativamente na construção de um mundo melhor.

Nessa perspectiva, a organização dos métodos é feita pelo Professor, respeitados seus direitos e deveres (autonomia didático – pedagógica e liberdade de cátedra), para melhor atender

as necessidades individuais dos estudantes, com auxílio e intervenções dos Coordenadores Pedagógicos e Direção, se necessário, e de acordo com o Currículo da Educação Básica (SEE/DF, 2014).

A Organização Curricular apresenta - se estruturada dentro das seguintes perspectivas:

Aspectos	Metodologia de ação na Escola
Aprendizagem Significativa	<p>Todo o conhecimento é mediado de forma a apresentar ao estudante, através de atividades significativas, inseridas no contexto real da sua vida, buscando uma melhor facilidade de assimilação dos conteúdos;</p>
Interdisciplinaridade e Práxis Pedagógica	<p>As várias disciplinas e campos do conhecimento são trabalhadas num contexto que elas sejam comuns, havendo integração de forma que o estudante compreenda os componentes curriculares de forma inter e transdisciplinar. O estudante é levado a refletir sobre o seu próprio fazer, buscando uma contínua progressão da sua aprendizagem. A teoria unida à prática deixa de se tornar uma mera transmissão de conhecimentos e permite ao estudante uma vivência pedagógica mais ativa.</p>
Projetos Pedagógicos	<p>São estruturados e idealizados em reuniões coletivas, avaliados continuamente e atualizados anualmente, sendo sua viabilidade e permanência na Proposta Pedagógica analisados junto à toda Equipe Escolar.</p> <p>A estruturação dos Projetos Pedagógicos tem como princípio a otimização de todas as aprendizagens envolvidas no processo formativo dos nossos estudantes. Assim contemplamos aprendizagens cognitivas, afetivas e motoras de forma a proporcionarmos o melhor ensino com a melhor qualidade.</p>
Eixos transversais	<p>Os temas transversais são realizados de forma contextualizada em todas as atividades escolares, unindo organizadamente as disciplinas desenvolvidas, dando significado e conferindo sentido àquilo que aprendem.</p>

Datas comemorativas	Baseadas no contexto sociocultural da Comunidade Escolar, em níveis local, regional e nacional, as datas são selecionadas, buscando uma interligação ao Currículo Escolar, buscando significação no aprendizado e na vida do estudante.
Questões étnico-raciais, de gênero e convivência escolar	Através de ações integradas ao cotidiano da sala de aula buscase o reconhecimento das questões étnico-raciais e de gênero e para o entendimento e a valorização da diversidade brasileira e aceitação do outro, favorecendo um ambiente de respeito mútuo, respeito ao próximo e o reconhecimento das diferenças.
Sala de Recursos	Com atuação integrada à Proposta Pedagógica da Escola, a Sala de Recursos oferta atendimento individualizado aos estudantes portadores de necessidades especiais, incluídos nas classes comuns, com a utilização de ferramentas tecnológicas.
Orientação Educacional	Integrado ao trabalho pedagógico da Escola e da Comunidade Escolar, na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, através de orientações aos pais ou responsáveis, promovendo momentos de reflexões, participando de ações junto aos Professores para obtenção de resultados positivos nos estudos de casos de estudantes.
Saídas de Campo (Passeios e Excursões)	<p>Planejados e realizados coletivamente com o acompanhamento do Professor regente da turma e Equipe Gestora, com o objetivo de ampliar o conhecimento pedagógico dos estudantes em ambientes ricos de aprendizado tais como, cinema, museu, ministérios, câmara dos deputados, zoológicos, parques, praças, feiras. Ressaltamos que alguns desses passeios é necessário o uso do PDAF para pagar o ônibus, pois alguns não há a oferta de transporte.</p> <p>Na assembleia de Pais e Mestres e também no Conselho Escolar é acordado que as saídas de campo serão ofertadas às turmas e seus respectivos estudantes que cumprem integralmente o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, sendo este um dos eixos axiais da Unidade Escolar.</p>

16. ETAPAS/MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS NA UNIDADE ESCOLAR

16.1 - CLASSE ESPECIAL

A Estratégia de Matrícula 2022 da SEDF, em sua página 20, descreve a Classe Especial como “uma classe de caráter temporário e transitório, constituída exclusivamente por estudantes com DI, TEA, DV ou SC, sem seriação, com modulação específica, criada com autorização da SUPLAV/DIOFE após parecer da SUBIN/DEIN e da SUGEP/DISET”.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, citadas na Orientação Pedagógica para a Educação Especial (2010), complementam o conceito descrevendo a classe especial como uma sala de aula, em instituição educacional de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada, regida por Professor especializado na Educação de estudantes com deficiência intelectual/mental ou transtorno global do desenvolvimento.

Destinam-se a atender, extraordinária e temporariamente, as necessidades dos estudantes com deficiências e com TGD, cujas condições não puderem ser atendidas adequadamente por propostas, programas ou espaços inclusivos da rede de ensino. A Classe Especial deverá configurar a etapa, o ciclo ou a modalidade da Educação Básica em que o estudante se encontra – Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos (EJA Interventivo para estudantes oriundos das classes especiais), assegurando a interação em atividades desenvolvidas pelas classes comuns e especiais. Deve ser promovida a avaliação contínua do desempenho do estudante, por meio da Equipe da instituição educacional.

A abertura de Classe Especial ocorrerá mediante solicitação da Diretoria Regional de Ensino à Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional. A quantidade de estudantes na classe especial deve atender à modulação específica definida no documento Estratégia de Matrícula da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Como recomendam as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, deve-se evitar o agrupamento de estudantes com necessidades especiais relacionadas a diferentes deficiências. Durante o período de permanência nessa classe, o estudante deverá desenvolver atividades conjuntas com os demais estudantes das classes comuns. A reavaliação do estudante deverá ser anual e contar com a participação da Equipe Gestora, do Coordenador Pedagógico, do Professor regente e dos profissionais das Equipes de Apoio (EEAA, SOE e AEE), sendo analisada a sua permanência na referida classe.

O Professor da Educação Especial que atua em Classe Especial deve desenvolver o currículo da Educação Básica proposta para os anos iniciais do Ensino Fundamental com a flexibilidade necessária às condições dos estudantes. Quando necessário, em turno inverso, deve desenvolver outras atividades, tais como: atividades da vida autônoma e social (para estudantes com deficiência intelectual, por exemplo); orientação e mobilidade (para estudantes cegos e surdocegos); desenvolvimento de linguagem: língua portuguesa e língua brasileira de sinais (para estudantes

surdos); e atividades de informática, dentre outras.

É importante considerar que, a partir do desenvolvimento apresentado pelo estudante e das condições para o atendimento inclusivo, a Equipe Pedagógica deve decidir conjuntamente, baseada em avaliação pedagógica, quanto ao retorno do estudante à classe comum. A Família deve acompanhar todo esse processo, dando sua anuência quanto aos procedimentos adotados.

16.2 - A EDUCAÇÃO INFANTIL

A trajetória da Educação Infantil no Brasil nos remete a um cenário de grandes conquistas. Federal de A Constituição 1988 em seu artigo 208, inciso IV, dispõe que é “dever do Estado assegurar atendimento às crianças de até cinco anos de idade na Educação Infantil”. Dessa forma, do ponto de vista legal, a Educação Infantil, passou a ser um dever do Estado e um direito da criança.

A LDB vem reafirmar o já exposto na Constituição. Assim, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem por finalidade “o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da Família e da Comunidade. E deve cumprir duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar”.

Os estudantes matriculados em nossa Escola Classe Café Sem Troco vivenciam o processo da passagem entre o ambiente caseiro para um mundo mais amplo, especialmente por se tratar de crianças do campo e suas particularidades.

Essa transição desperta nestas crianças emoções até então desconhecidas, pois passam para um ambiente novo, diferente, grande, cheio de outras crianças e que exigem delas novas maneiras de enfrentamento do mundo.

Reconhecendo e respeitando este momento tão importante na vida dos estudantes reorganizamos frequentemente nosso trabalho pedagógico, tendo no início do ano letivo, um período de adaptação ao ambiente escolar que contempla atividades lúdicas variadas com o intuito de fazer com que cada estudante se sinta acolhido em sua Escola, sua nova morada. Horários flexibilizados, com atividades cantadas, de roda, de pintar, o uso do parquinho e dos diversos espaços escolares, materiais esportivos e várias outras possibilidades pedagógicas contemplam o ingresso a uma nova etapa na vida dos nossos estudantes.

Neste período a acolhida acontece na própria sala de aula, diretamente com o Professor, quando a criança sente-se mais segura em seu ambiente. São iniciadas assim as entradas coletivas, para que cada estudante perceba a dimensão da Escola, das pessoas que estão neste mesmo espaço e o valor de cada um dentro deste.

Nessa perspectiva, a Escola Classe Café Sem Troco desenvolve esta Proposta Pedagógica respeitando plenamente seus eixos integradores **EDUCAR E CUIDAR, BRINCAR E**

INTERAGIR, tendo como metodologia colaborativa a **LUDICIDADE**.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Para o bem **cuidar** considerar, principalmente, as necessidades das crianças. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir o objetivo dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta diferente realidade sociocultural.

O **brincar** é uma atividade em si mesma, instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário, que oportuniza a aprendizagem de significação social e necessária à vida humana. O brincar proporciona condições para se desenvolver e aprender estabelece interações interpessoais e envolve uma complexidade de movimento e elaboração do pensamento.

Já o processo de interação (**interagir**) das crianças é fonte de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, físico, psíquico, social e afetivo da criança e também uma forma de auto expressão; por isso a partir das oportunidades de livre escolha e de estabelecerem trocas, contribuem positivamente para o processo de aprendizagem e construção de novos conhecimentos.

Assim brincando, conhecendo, atuando, recriando e edificando através da ludicidade, nossa Escola proporciona benefícios indiscutíveis no desenvolvimento, na construção da autonomia e formação da criança, desenvolvendo assim a psicomotricidade essencial para a construção do raciocínio lógico e sua formação social como ser humano.

O Currículo da Educação Infantil de 2014 apresenta novo eixo integrado propondo a junção de elementos basilares do trabalho educativo com crianças de zero a cinco anos.

16.3 - O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

A ampliação do período de escolaridade obrigatória não é algo novo. Previsto na LDB, tornou-se uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/02 e veio assegurar o acesso da criança de 06 anos à Escola.

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental de 09 anos integram o Bloco Inicial de Alfabetização, de forma que correspondem, respectivamente, a Etapa I, Etapa II e Etapa III do

referido bloco. Com duração mínima de nove anos em regime de ciclo para o período da alfabetização (1º ao 3º ano do EF 9anos – Etapas I, II e III do Bloco Inicial de Alfabetização) e segundo ciclo para o 4º e 5º anos e terceiro ciclo do 6º ao 9º ano, com a reprovação só no término de cada ciclo. Esse regime pretende-se possibilitar ao estudante a ampliação de sua capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, a formação de atitudes e valores.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do estudante, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na Família, na Escola e no meio social em que está inserido. Trazendo as especificidades de cada etapa do Ensino Fundamental, importante salientar que os Eixos Integradores dos Anos Iniciais, (a Alfabetização, os Letramentos e a Ludicidade) são elementos que possibilitam a articulação dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e de aprendizagem.

A organização curricular, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos estudantes prosseguirem os estudos. Face aos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica, e da forma de habilitação dos Professores para atuarem nos Anos Iniciais do ensino fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

- **– BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO (BIA)**

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No entanto, a organização do tempo e do espaço escolar não se dá automaticamente com a implantação do BIA, como também não é garantia de qualidade do processo de alfabetização. É preciso, pois, adotar outras medidas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos propostos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁹, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento

do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Para alcançar os objetivos, esta Proposta se baseia em princípios teórico- metodológicos norteadores de todas as ações na implementação do BIA, os quais se constituem em elementos imprescindíveis ao sucesso do Bloco e deverão ser observados por todos os envolvidos nesse processo de construção (formação continuada dos Professores, trabalho coletivo com reagrupamento, trabalho com projeto interventivo, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação formativa no processo de ensino e aprendizagem).

Assim segundo a **CIRCULAR Nº 45/2012** as metas dos Anos Iniciais são:

- Ao término do 1º ano do Ensino Fundamental, o estudante deverá compreender o funcionamento do sistema de leitura e da escrita alfabética para ler e escrever palavras e pequenos textos significativos que possuam encadeamento de ideias;

- Ao término do 2º ano do Ensino Fundamental, a estudante deverá compreender e conhecer o uso da escrita com diferentes funções, valorizando-a como prática de interação social. Deverá produzir textos escritos de diferentes gêneros, adequados aos objetivos do destinatário e ao contexto, com ênfase na estruturação do texto (parágrafo e pontuação inicial). Inferir regras de uso da língua a partir da análise de regularidades e aplicá-las em produções escritas, revisões e leituras. Ler com desenvoltura diversos textos, adequando às estratégias de leitura aos objetivos da própria leitura;

- Ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, o a estudante deverá produzir textos escritos, com coesão e coerência, organizando-o em parágrafos, empregando regras de pontuação e ortográficas aproximando-se das convenções gráficas; ler diversos gêneros textuais, com fluência e compreensão;

Em 2013, o 2º Ciclo de aprendizagem foi ampliado até o 5º ano do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal. Organizar o Ciclo de Aprendizagem na Escola Classe Café Sem Troco remete também a se pensar no trabalho pedagógico, sustentado na ação coletiva, com a finalidade de que todos aprendam.

Assim ao aderindo ao segundo ciclo, entendemos que progressão continuada é um recurso pedagógico que deve estar associado à avaliação, possibilitando o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupos, turmas, e sim sejam acompanhados; valorizando o seu potencial de aprendizagem, considerando o “erro” como uma possibilidade construtiva.

Os reagrupamentos intraclasse dentro da própria turma serão registrados pelo Professor em campo específico de registro de atividades no diário de classe. Os reagrupamentos interclasse serão registrados no diário do Professor referência do estudante, mesmo que ele tenha participado de atividades em outra turma. A realização dos reagrupamentos pressupõe planejamento coletivo e diálogo entre os Professores envolvidos.

A retenção será admitida em nossa Escola ao final do 1º Bloco (3º Ano) e do 2º Bloco (5º Ano) em situações excepcionais e justificadas pela Escola, através da psicogênese, reagrupamento, projeto interventivo. Com a realização de Conselho de Classe (Professores, Equipe de Apoio, Gestores) e registros sistematizados ao longo do processo que evidenciem as estratégias adotadas pelo Professor para atender às necessidades de aprendizagem do estudante.

- **- 2º BLOCO (4º e 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)**

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.

Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os estudantes, ao mudarem do Professor generalista dos anos iniciais para os Professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010).

Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 4º quanto no 5º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

17. A EQUIPE DE APOIO EDUCACIONAL

Entende-se por Equipe de Apoio, segundo o artigo 122 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, a integração dos três Serviços de Apoio aos estudantes na unidade escolar: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, que atuarão de forma integrada e fundamentados teórico-metodologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

17.1 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional é serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo-Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da Educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da Comunidade Escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam.

Parágrafo único. O Pedagogo-Orientador Educacional é profissional concursado e parte integrante da Equipe Pedagógica da Unidade Escolar. Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade.

17.2 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por Professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, e complementa, no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Especial tem por finalidade proporcionar aos estudantes com deficiência, com o Transtorno Global do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação, recourse atendimentos especializados que complementem ou suplementem o atendimento educacional realizado nas classes comuns inclusivas e, extraordinariamente, nas classes especiais e nos Centros de Ensino Especial.

O atendimento especializado, em consonância com o Regimento Disciplinar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, assume caráter de complementaridade nos casos de

estudantes com deficiência e com Transtorno Global do Desenvolvimento e, de complementaridade, nos casos de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. O AEE deve integrar o Projeto Político Pedagógico - PPP da Unidade Escolar, envolver a participação da Família e ser realizado em articulação com as orientações constantes na legislação vigente e demais políticas públicas.

Na redação do Artigo 53 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a Educação Especial tem por objetivo:

- I - atendimento educacional, preferencialmente em classes comuns nas diversas etapas e modalidades da Educação Básica;
- II - apoio à inclusão dos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação, por meio do atendimento educacional especializado em Salas de Recursos na própria Unidade Escolar, em polos ou por meio de Professor itinerante em situações extraordinárias que otimizem o atendimento;
- III - atendimento educacional em classes especiais, em caráter temporário e transitório para os estudantes que ainda não obtiveram indicação para inclusão;
- IV - atendimento educacional em instituições especializadas de Educação Especial, onde é ofertado atendimento exclusivo e complementar.

Já em seu Artigo 54 versa que os estudantes da Educação Especial podem ser enturcados, nas Unidades Escolares da Educação Básica, de acordo com as Orientações Pedagógicas da Educação Especial da SEEDF, da seguinte forma:

- I - classe comum, prioritariamente, visando ao desenvolvimento de suas habilidades e à inclusão no processo educacional;
- II - turmas de integração inversa, alternativa à classe comum com significativa redução do número de estudantes, de caráter transitório, constituídas por estudantes sem e com deficiências ou Transtorno Global do Desenvolvimento, voltadas aos processos de socialização, alfabetização e aquisição de comportamentos adaptativos;
- III - classes especiais, quando, em decorrência de dificuldades de comunicação ou socialização, o estudante necessitar de atendimento diferenciado, em caráter temporário e transitório.

17.3 - EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM (EEAA)

Situando-se na vanguarda das políticas públicas educacionais brasileiras, a rede pública de ensino do Distrito Federal conta, desde 1968, com o serviço de suporte técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia, que oferece apoio educacional especializado às instituições educativas, especialmente as de Educação Infantil, de Ensino Fundamental – Anos/Séries Iniciais, e aos Centros de Educação Especial.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional. O trabalho é desenvolvido na Educação Básica em suas respectivas etapas e modalidades. A atuação da EEAA pauta-se em ações que ocorrem nos espaços e tempos do contexto escolar, tais como o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da Gestão Escolar, a assessoria ao processo de ensino aprendizagem desenvolvida por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização.

As EEAA constituem-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. Cabe enfatizar que os profissionais de psicologia, embora tenham sua atuação voltada para o contexto educacional, caracterizando-se, então, como Psicólogo Escolar, serão doravante denominados Psicólogos, em função da nomenclatura oficial tanto da formação inicial como do cargo investido no âmbito da SEDF. O serviço tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, compreendidas como o desenvolvimento de um trabalho que facilite e incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem; promova a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da Escola, e busque, com a Equipe Escolar, a superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento (Marinho Araújo e Almeida, 2005, p. 89).

Visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

18. INTERVENÇÃO DISCIPLINAR

A Secretaria de Estado de Educação do DF apresenta alterações pontuais no atual Regimento Escolar do Distrito Federal (2019) quanto ao aspecto disciplinar dos discentes, ampliando e modificando direitos, deveres, atribuições e responsabilidades para os discentes, os docentes, os

orientadores educacionais e diretores; e baseia-se nos princípios da legalidade, imparcialidade, da proteção integral às crianças e aos adolescentes, da gestão democrática, e da dignidade da pessoa humana.

Além do aspecto supracitado e tendo em vista as edições das Leis nº. (s) 12.288/2010, 13.146/2015 e 13.803/2019, foram incluídas alterações que buscam integrar o Regimento Escolar com o Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como destacar a importância do papel do Conselho Tutelar na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

A Rede Pública de Ensino passa por um processo de ressignificação de valores morais e éticos que norteiam a conduta dos membros da Comunidade Escolar, em especial, a interação entre os discentes e a relação pedagógica entre esses e os docentes. As alterações buscam aprimorar o regime disciplinar escolar, a fim de evitar quaisquer tipos de violência, bem como fortalecer o processo de gestão democrática e o papel pedagógico dos Professores no contexto de aprendizagem.

Nosso atual Regimento subsidiará o planejamento e o adequado desenvolvimento do trabalho realizado pelas Unidades Escolares, considerando as normas e regulamentações de ensino.

18.1- Condutas indisciplinadas no Ambiente Escolar

Além das condutas já descritas, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que Professores ou a Direção Escolar considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriado ao ensino e a aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da aplicação, a idade do estudante, a gravidade e reincidência do ato e suas especificidades como pessoa.

- Ausentar-se das aulas ou do prédio escolar, sem prévia justificativa ou autorização da direção;
- Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;
- Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos de propriedade da Escola;
- Utilizar, em sala de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, Pager, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;
- Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
- Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo

barulho excessivo em classe, na biblioteca ou no pátio da Escola;

- Desrespeitar, desacatar ou afrontar diretores, Professores, funcionários ou colaboradores da Escola;
- Fumar cigarros, charutos ou cachimbos dentro da Escola;
- Comparecer à Escola sob efeito de substâncias nocivas à saúde e à convivência social;
- Expor ou distribuir materiais dentro do estabelecimento escolar que violem as normas ou políticas oficialmente definidas pela Secretaria de Educação ou pela Escola;
- Exibir ou distribuir textos, literatura ou materiais difamatórios, racistas ou preconceituosos, incluindo a exibição dos referidos materiais na internet;
- Danificar ou adulterar registros e documentos escolares, através de qualquer método, inclusive o uso de computadores ou outros meios eletrônicos;
- Comprar, vender, furto, transportar ou distribuir conteúdos totais ou parciais de provas a serem realizadas ou suas respostas corretas;
- Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes da Escola;
- Intimidar o ambiente escolar com bomba ou ameaça de bomba;
- Empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação mediante o uso de apelidos racistas ou preconceituosos;
- Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva.
- Estimular ou se envolver em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves em qualquer membro da Comunidade Escolar;
- Comportar-se no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo, entre outros;
- Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;
- Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;
- Apropriar-se de objetos que pertencem à outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;
- Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da Equipe Escolar, estudantes ou terceiros.

18.2- Do Regime Disciplinar de Caráter Pedagógico

Em consonância com o Regimento Disciplinar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, nossa unidade escolar o segue integralmente, pautando – se sempre no seu enfoque

disciplinar, pedagógico e formativo.

De acordo com o Artigo 310 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal a aplicação de medidas disciplinares de caráter pedagógico constitui evidência para a avaliação de aspectos comportamentais, incluindo competências sócio emocionais, atitudes e valores, que fazem parte da formação integral do indivíduo e do desenvolvimento de todas as suas dimensões humanas, sendo avaliadas por meio de estratégias formativas, que devem respeitar a sua singularidade, suas forças e necessidades. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

As medidas disciplinares e seus efeitos na avaliação devem ser consideradas em conjunto com medidas de proteção a assistência que permitam e incentivem a permanência na unidade escolar, a aprendizagem e o sucesso na formação integral dos estudantes. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

O docente deve certificar-se de que a aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo não exponham o estudante a situações vexatórias, devendo ser feita preferencialmente de modo reservado. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

As medidas previstas nos incisos III e IV serão aplicadas por escrito e tão somente pelo Diretor, pelo Vice-Diretor ou pelo Supervisor, sendo obrigatoriamente justificadas aos responsáveis legais do estudante menor. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

Em caso de inobservância das normas contidas neste mesmo Regimento e conforme a gravidade e/ou reincidência, o estudante estará sujeito à atribuição de ponto negativo no aspecto formativo do cálculo do componente curricular que acarretou a prática do descumprimento, sendo que sua aplicação deve ocorrer nos limites máximos a seguir:

- I – advertência oral ou retirada de sala de aula (0,1);
- II - advertência escrita (-0,3);
- III– suspensão de sala de aula de, no máximo, três dias (- 0,5).

IV – transferência, quando o ato for aconselhável para manutenção da ordem escolar e melhor desenvolvimento integral do estudante. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de Maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

18.3- Recursos Disciplinares Complementares

Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas nestas normas Professores, direção e o Conselho Escolar, podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

- Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;
- Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;
- Reuniões de orientação com pais e responsáveis;
- Encaminhamentos aos serviços de saúde adequados quando apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;
- Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do estudante que demande tal assistência especializada;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;
- Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro dos espaços escolares.

19. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Os Projetos Pedagógicos desenvolvidos na Escola Classe Café Sem Troco são estruturados em 03 (três) blocos, assim descritos:

BLOCO INTEGRADOR	LETRAMENTO	LETRAMENTO MATEMÁTICO	BLOCO EDUCAÇÃO AMBIENTAL	BLOCO DE APOIO EDUCACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Include; - Projeto Eu tenho Valor; - Semana de Educação para a Vida; - Escola Integral; - PECM 	<ul style="list-style-type: none"> - Café contando Histórias; - Projeto Interventivo (PI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratório de Matemática Interdisciplinar; - Projeto Interventivo (PI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Semana Café Contra a Dengue; - Semana da Conscientização do uso sustentável da Água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Sexualidade: Conhecer para respeitar; - Semana de Prevenção a Violência Sexual Infantil.

Bloco Educação Ambiental, com ações voltadas para a conscientização sobre o nosso ambiente e como podemos intervir em sua conservação, em como exercer com dignidade e responsabilidade nosso papel de cidadãos e também como devemos preservar nossos recursos naturais e patrimoniais.

No Bloco Letramento as ações se direcionam para o diagnóstico, estruturação, planejamento e avaliação formativa sobre o aprendizado da leitura e da escrita, otimizando todas as metodologias de trabalho em busca do sucesso escolar.

Também temos o Bloco de Letramento Matemático, tendo como foco a otimização das competências cognitivas relacionadas à Matemática.

No Bloco Integrador desenvolvemos aprendizagens interdisciplinares, como a Semana de Educação para a Vida e o Projeto “Eu tenho Valor”.

Contemplamos nossa Proposta Pedagógica com o Bloco de Apoio Educacional, este formado pela Orientação Educacional, Equipe Especializada de Apoio a Educação e a Sala de Recursos que, coletiva e excelentemente desenvolvem ações junto à Equipe Pedagógica contemplando diversas dimensões da formação integral dos nossos estudantes.

20. QUADRO SÍNTESE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

PROJETO	TURMAS ENVOLVIDAS
1. PROJETO INCLUDE	Turmas de 5º Ano
2. PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO	Conforme Portaria atualizada anualmente
3. PROJETO INTERVENTIVO	Todas as turmas da Unidade Escolar
4. PROJETO PLENARINHA	Educação Infantil e turmas de 1º Ano
5. PROJETO SEXUALIDADE	Turmas de 5º Ano

20.1 - PROJETO INCLUDE

O Include by Campus Party é um programa social que conta com parcerias para implantar ou viabilizar Laboratório de Tecnologia em comunidades de todo Brasil.

O Instituto Campus Party é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2009, com o objetivo de incentivar e promover atividades e projetos nas áreas cultural, educacional e de inclusão digital de forma gratuita, tendo o Include como programa social protagonista na criação de Laboratórios de Tecnologia em comunidades de todo Brasil.

- **- OBJETIVOS**

Seus objetivos institucionais incluem:

- Oferecer qualificação aos jovens de 10 a 18 anos para o mercado de trabalho;
- Propiciar protagonismo às comunidades na utilização da tecnologia como meio para a resolução dos seus problemas;
- Identificar meninos e meninas com idade entre 10 e 18 anos com altas habilidades e encaminhá-los para escolas adequadas

- **- RECURSOS MATERIAIS**

- Mobiliário
- Equipamentos de eletrônica para ensino de robótica
- Material didático
- Impressora 3D
- Computadores e Internet de alta velocidade

20.2 - PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO (PECM – EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

O Projeto Piloto Educação com Movimento - Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposto pela Coordenação de Ensino Fundamental - COENF e pela Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar- CEFDESC da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, visa à melhoria da qualidade no atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da reestruturação didático-

pedagógica inserindo o Professor de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente, em escolas que possuam um significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de correção da distorção idade/série escolar.

Em 2011, em plenárias regionais, realizadas para discussão do currículo de Educação Física, os Professores participantes ressaltaram a importância de um trabalho integrado entre o Professor de Educação Física e o Professor regente¹, contemplando aspectos didáticos gerais e específicos do planejamento à avaliação, considerando as questões cotidianas de sala de aula e possibilitando o desenvolvimento da cultura corporal – jogos e brincadeiras, esporte, lutas, ginásticas, danças e expressão corporal, bem como a organização e participação em atividades de caráter cultural da Escola, tais como: festas, comemorações, passeios, dentre outros, de suma importância para o desenvolvimento integral do estudante. Alguns desses passeios podem incluir o uso do PDAF para custear o ônibus escolar, levando em conta que não há transporte para esses passeios.

O Projeto Político Pedagógico Carlos Mota, prevê a inclusão da Educação Física quando cita: “Partindo desses pressupostos, em busca da melhoria da qualidade da Educação, a SEDF pretende, a partir de projetos pilotos, incluir a docência de Educação Física na Equipe Pedagógica dos Anos Iniciais”. O Projeto Educação com Movimento será base para a universalização da Educação Física no Ensino Fundamental da SEDF, mas, nesse primeiro momento, atenderá, preferencialmente, escolas com turmas de correção de fluxo, já que, entende-se, é locus privilegiado para avaliar a importância das ações propostas.

Nesse sentido, a instituição educacional e, particularmente, os Professores, devem proporcionar uma metodologia pedagógica diferenciada na qual estarão envolvidos todos os agentes – o Professor regente da turma, o Professor de Educação Física, o coordenador local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – contemplando o resgate da autoestima, do protagonismo infanto-juvenil, a valorização do estudante, além dos princípios pedagógicos: contextualização e interdisciplinaridade, valorizando os diversos saberes.

Comprometida em oferecer aos estudantes condições necessárias para que retomem seu curso escolar com êxito, bem como, em promover o acesso aos elementos da cultura corporal do movimento como área de conhecimento, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal implantará este Projeto Piloto em instituições educacionais que possuam ensino fundamental/anos iniciais, sendo, pelo menos uma em cada Coordenação Regional de Ensino.

O processo de ensino e aprendizagem de Educação Física tem seus fundamentos nas concepções de corpo e movimento. Conforme Piaget (citado por FONSECA, 1987), “a inteligência tem origem na ação e ação é movimento (ou ausência consciente de movimento). A ação é inteligência em movimento.” Portanto, o ensino da Educação Física não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas. Não visa à repetição de gestos estereotipados com vistas a mecanizá-los, e reproduzi-los. É preciso possibilitar ao sujeito refletir

sobre suas possibilidades corporais para que possa de maneira autônoma, exercê-las. Baseado nessa premissa, a Educação Física deve estar integrada de forma significativa ao cotidiano escolar, uma vez que a ludicidade, e todos os elementos da cultura corporal do movimento, são esferas da vida social e fundamentais ao desenvolvimento da criança. Este desenvolvimento implica planejar, experimentar, avaliar, escolher, interagir, enfim, aprender a movimentar-se, levando em conta a diversidade humana e o contexto histórico-social.

- **- Objetivo Geral do Projeto Educação com Movimento (PECM)**

Implementar de forma gradativa o Projeto Piloto Educação com Movimento nas turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, iniciando por uma escola-polo de cada Coordenação Regional de Ensino, nos turnos matutino e vespertino, que tenha, preferencialmente, classes de correção da distorção idade/série, afim de que, de forma interdisciplinar, promova a formação integral do estudante ampliando o seu repertório de experiências corporais mediante a intervenção pedagógica de um Professor especializado nesta área, o Professor de Educação Física.

- **- OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica e a dança mediante a intervenção pedagógica de um Professor especialista nesta área do conhecimento que integrado e inter- relacionado ao trabalho do Professor regente, contemple um melhor atendimento das necessidades pedagógicas do estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Fortalecer o vínculo do estudante com a Escola visando à melhoria da aprendizagem daqueles que estão em defasagem idade/série por meio de um atendimento pedagógicodiferenciado utilizando instrumentos específicos da Educação Física, tais como: eventos esportivos, festivais de dança, de lutas e ginástica que resultem em uma aprendizagem adequada ao prosseguimento dos estudos ou ao avanço para a série/ano indicada (o) pela Equipe de Professores e da direção da instituição educacional no Conselho de Classe da turma do estudante;

Prioritariamente serão atendidas as turmas de correção da distorção idade/série e, posteriormente, em sequência, as turmas de 4ª série/5º ano, 3ª série/4º ano conforme portaria reguladora.

20.3 - PROJETO PLENARINHA

A Plenarinha é um processo pedagógico realizado desde 2013 em todas as Unidades Escolares Públicas e Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, no qual as crianças participam ativamente das reflexões em torno de seus direitos e necessidades.

Este projeto materializa-se por meio da escuta sensível e atenta às crianças, de forma a considerar sua percepção sobre as situações que vivenciam na Escola e na sociedade. Ela constitui-se como um processo pedagógico cujo objetivo é oportunizar às crianças da Educação Infantil a promoção do exercício de cidadão ativo, participativo e conhecedor dos seus direitos e deveres, vivenciando a interlocução com o Currículo da Educação Infantil em suas diferentes expressões e linguagens. Assim, a Plenarinha materializa-se por meio do exercício da escuta sensível e atenta das percepções das crianças sobre as situações que vivenciam na Escola, na comunidade e na cidade, traduzindo-se em contribuições relevantes para melhoria da Primeira Infância no Distrito Federal.

A avaliação do projeto acontece anualmente, entre os meses de novembro e dezembro, e tem como participantes os profissionais das unidades escolares, públicas e parceiras, e Coordenações Regionais de Ensino, vinculados diretamente à Educação Infantil e ao 1º ano do Bloco Inicial de Alfabetização. Seu objetivo é suscitar reflexões acerca do desenvolvimento do projeto a partir das ideias das crianças, Professores e coordenadores acerca das vivências durante o processo e, ainda, definir o tema da Plenarinha para o ano seguinte.

A última pesquisa de opinião, encerrada no último dia 10 de dezembro de 2020, contou com a participação de 1842 (um mil oitocentos e quarenta e dois) profissionais das Unidades Escolares, públicas e parceiras (Professor, Coordenador, Equipe Gestora, Pedagogo(a), Orientador(a) Educacional e Pedagogo(a) do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem), sendo que mais de 50% foram Professores. Também participaram da pesquisa, com formulário específico, as Equipes da UNIEB, por meio de suas Comissões Gestoras das Instituições Educacionais Parcerias, e dos Coordenadores Intermediários e Coordenadores Intermediários de Apoio. O total foi de 171 respondentes, onde parâmetro como participação dos estudantes, encontros formativos ofertados, disponibilidade de materiais de apoio e temas propostos foram muito bem avaliados, ratificando assim a excelência da proposta.

Atualmente a Plenarinha se faz presente em nossa Unidade Escolar com três temas: “Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar”, “Brincar como direito das crianças e dos bebês” e “Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir, todos inseridos no cronograma oficial do evento contemplando, além das plenarinhas locais, webinars formativos e também datas e semanas temáticas.

20.4 O PROJETO INTERVENTIVO

Tendo em vista que o papel da Escola é promover a aprendizagem e formação de seus estudantes, é necessário um atendimento direcionado e específico dirigido aos estudantes que apresentam dificuldade em seu processo de alfabetização e/ou distorção idade/série.

O Teste da Psicogênese, avaliação diagnóstica, avaliações internas e externas devem ser mecanismos utilizados para identificar os estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem. É fato, que as crianças não aprendem de forma homogênea. Suas habilidades são diferentes, contudo, a Escola precisa de ações pedagógicas interventivas que auxiliem as crianças com maiores dificuldades, por meio de estratégias pedagógicas que possibilitem aos estudantes maiores oportunidades de aprendizagem.

Assim sendo, entende-se que toda a Escola, Professores, Equipe Pedagógica e direção são responsáveis pela aprendizagem do estudante, pois ele é da Escola e não apenas do Professor.

20.4.1- O PROJETO INTERVENTIVO NA SEEDF

O **Projeto Interventivo** (PI) é um projeto específico que parte de um diagnóstico e consiste no atendimento imediato aos estudantes que, após experimentarem todas as estratégias pedagógicas desenvolvidas nas aulas, ainda evidenciem dificuldades de aprendizagem.

O PI apresenta uma dimensão política que recai sobre o cumprimento do direito de cada estudante à aprendizagem e outra pedagógica, voltada para a seleção dos recursos mais apropriados à promoção de suas aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012).

Apresenta também características próprias, devendo fazer parte do Projeto Político - Pedagógico: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35); b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a Equipe Pedagógica da Escola na realização do projeto. Essa Equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis.

O objetivo do Projeto Interventivo é “promover o repensar de concepções e práticas pedagógicas, oportunizando um ambiente dinâmico que atenda aos estudantes da Etapa III com defasagem idade/série, proporcionando-lhes uma efetiva alfabetização numa perspectiva inclusiva” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2006, p. 24). Assim foi concebido esse projeto, como mecanismo de correção de fluxo. Em 2008, já estando o BIA em funcionamento em todas as cidades do DF, e considerando-se as contribuições que o Projeto Interventivo vem oferecendo, ampliou-se a sua oferta a todas as crianças que apresentem necessidades.

A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do Professor Regente; contudo, a Equipe Diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados.

Cabe ressaltar a importância dos registros de todas as ações pertencentes à elaboração, realização e avaliação do PI. Assim como no Reagrupamento, algumas formas de registro do PI são estabelecidas pela SEEDF no Diário de Classe; outras poderão ser constituídas e adotadas em cada unidade escolar e pelo Professor, (portfólio, fichas de acompanhamento e outros). É necessário incluir também os registros das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

Como o Projeto Interventivo é de desenvolvimento contínuo, mas não atende ao mesmo grupo de estudantes durante todo o ano, periodicamente é analisado pelo conjunto de profissionais envolvidos a partir das informações coletadas durante sua execução. No caso da Escola organizada em ciclos, esse pressuposto se acentua, uma vez que a progressão continuada para as aprendizagens dos estudantes, princípio básico dessa sistemática de organização, constitui “[...] um recurso pedagógico que, associado à avaliação formativa, possibilita o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo” (VILLAS BOAS, PEREIRA, OLIVEIRA, 2012).

Portanto, organizar o trabalho pedagógico incluindo estratégias bem planejadas para o bom uso dos espaços e tempos escolares, como é o caso do Reagrupamento e do Projeto Interventivo, caracteriza-se como uma dimensão muito importante na organização escolar em ciclos.

Villas Boas (2006) apresenta o PI como um dos princípios metodológicos do BIA e como mecanismo de correção de fluxo para estudantes do 3º ano. A partir de análise de documentos referentes à implantação do BIA, a autora salienta que somente em 2008, o projeto foi estendido aos anos anteriores, ainda pelo mesmo motivo de correção de fluxo.

No entanto, a Resolução nº 2/2006 do C.N.E. - DF, Art. 10, afirma que os estudantes com sete anos ou mais, sem histórico escolar, devem ser matriculados no 1º ano. Por isso, o PI do BIA pode abranger todos os estudantes que estão em defasagem de série em relação à idade matriculados no Bloco, considerando - se as especificidades e objetivos educacionais de cada ano (VILLAS BOAS, 2010, p. 42).

A partir das considerações sobre a avaliação formativa, atualmente, o projeto foi realmente estendido a todos os estudantes que precisam de intervenção, independente de estarem em defasagem idade série. Porém, a concepção da avaliação formativa ainda não estava presente nos discursos oficiais do ensino (VILLAS BOAS, 2010), o que a autora verifica ao analisar uma circular que estendia o projeto aos 4º e 5º anos.

A Circular nº 27, de 17 de abril de 2009, da Diretoria de Execução de Políticas e Planos Educacionais, estende o Projeto Interventivo para a 3ª e a 4ª séries/4º e 5º anos e esclarece: [...] o referido projeto não se constitui como programa de **correção de fluxo escolar**, mas sim como

estratégia pedagógica que visa possibilitar aos estudantes em **defasagem idade-série** (3ª e 4ª série/4º e 5º ano) maiores oportunidades de aprendizagem (VILLAS BOAS, 2010, p.42,

O Projeto Interventivo pode constituir o primeiro passo para a eliminação do regime seriado e para a criação da Escola não-seriada. Para isso a avaliação formativa é uma de suas grandes aliadas. Os estudantes que a ele são encaminhados necessitam aprender o que AINDA não aprenderam e continuar sua trajetória escolar com tranquilidade.

- ETAPAS DO PROJETO INTERVENTIVO NA ESCOLA

O Projeto Interventivo compõe-se de quatro momentos: identificação ou problematização; elaboração do projeto; desenvolvimento; sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela Escola.

Esses quatro momentos mantêm relações de interdependência, isto é, não acontecem isoladamente. A avaliação está presente em todos eles e, articulada aos objetivos do projeto, é o seu fio condutor. Por meio dela se obtêm informações importantes sobre as aprendizagens de cada estudante e sobre a relevância do projeto.

No primeiro momento identificam-se os estudantes que necessitam de intervenção complementar para que as aprendizagens ocorram. As seguintes perguntas orientam a formulação do problema: quais estudantes necessitam de ajuda? Quem é cada um deles? Qual a necessidade de cada um? Mas não basta identificar os estudantes e suas necessidades. Nesse momento de problematização, o Professor faz uma análise das necessidades, detecta os conhecimentos que os estudantes já têm e os que ainda não têm sobre as atividades realizadas até então, levanta as expectativas e define, com o grupo de colegas, os objetivos do projeto (VEIGA, 2006, p. 79).

O segundo momento é o da elaboração do projeto. Esse registro escrito é fundamental para que exista um histórico das intervenções realizadas. Como o primeiro momento é o da problematização, este é o primeiro item do projeto escrito, do qual constam: 1) os nomes dos estudantes a serem atendidos e as necessidades correspondentes a cada um deles; 2) os objetivos de aprendizagem a serem alcançados; 3) os conteúdos a serem trabalhados; 4) as atividades a serem desenvolvidas com grupos de estudantes ou com estudantes individualmente; 5) os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados; 6) o processo de avaliação, que inclui a avaliação das aprendizagens e a avaliação do projeto; 7) o cronograma das atividades; 8) o local de realização das atividades; 9) o Professor ou Professores responsáveis.

O terceiro momento é o do desenvolvimento do projeto. Enquanto as ações são realizadas, registram-se todas as informações referentes ao alcance dos objetivos, às reações dos estudantes, à pertinência das atividades pedagógicas e dos recursos utilizados, ao tempo destinado às atividades e ao ritmo de aprendizagem dos estudantes. Essa é a avaliação em processo. É importante que haja uma ficha de acompanhamento das aprendizagens de cada estudante, para ser usada pelo Professor

do projeto, pelo Professor da turma a que ele pertence, pelos pais e pelos próprios estudantes.

O quarto momento é o da sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela Escola. Como ele é de desenvolvimento contínuo, mas não atende o mesmo grupo de estudantes durante todo o ano, periodicamente passa por uma análise pelo conjunto de Professores e demais educadores envolvidos, a partir das informações coletadas durante a sua execução. Ao final do ano letivo, é feita a apreciação de todo o trabalho, de modo que se obtenham informações para subsidiar a sua continuidade no ano seguinte.

ORGANIZAÇÃO DO PROJETO INTERVENTIVO NA ESCOLA CLASSE CAFÉ SEMTROCÓ

SEGMENTO	ETAPAS DO PROJETO	SUORTE TÉCNICO - PEDAGÓGICO
CLASSE ESPECIAL EDUCAÇÃO INFANTIL	1º - Avaliação Diagnóstica 2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções 4º - Avaliação formativa/iterativa das intervenções	Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais PECM (Educação Física)
BIA	1º - Avaliação Diagnóstica (Psicogênese) 2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções 4º - Aplica Café, com vistas às avaliações internas e externas	Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais Escola Integral PECM (Educação Física)
4º E 5º ANOS	1º - Avaliação Diagnóstica 2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções 4º - Aplica Café, com vistas às avaliações internas e externas	Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais Escola Integral PECM (Educação Física)

PERÍODO DO PROJETO – Durante todo o ano letivo.

AVALIAÇÃO DO PROJETO – Através da perspectiva formativa, onde a avaliação se concentra na análise prática dos requisitos cognitivos, sociais e afetivos necessários para a progressão satisfatória dos estudos, pressupondo a individualização do ensino e dos procedimentos

pedagógicos em função das características dos estudantes e dos seus percursos de aprendizagem.

21. ANEXOS: PLANOS DE AÇÃO

EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM – EEAA

INTRODUÇÃO

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) da SEE/DF constitui-se um serviço de apoio técnico pedagógico de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. Este serviço visa contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

Segundo a Orientação Pedagógica – OP (2010) do SEAA, a atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional.

O SEAA foi regulamentado em 2008, com a Portaria nº254 de 12/12/2008 embora a prestação desse serviço já acontecesse na rede de ensino do DF, com base nas orientações legais da LDB/1996, pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do CNE, CNE/CEB nº 02/2001 entre outros documentos balizadores de políticas do MEC. De acordo com a Portaria 133, a SEAA deverá acolher e orientar Professores e estudantes no contexto das Atividades Pedagógicas Não Presenciais.

Com base no exposto, este Plano de Ação se justifica na medida em que explicita o planejamento das ações coletivas que serão promovidas no ano de 2021, pela Equipe do SEAA, tomando como referencial as três dimensões de atuação, quais sejam: 1ª dimensão - Mapeamento Institucional; 2ª dimensão - Assessoria ao trabalho coletivo da Equipe Escolar; 3ª dimensão - Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Foi elaborado inicialmente numa ação conjunta por profissionais integrantes do SEAA da CRE Paranoá/ Itapoã para reflexão e discussão da atuação da EEAA neste contexto. Num segundo momento, as estratégias de ensino foram planejadas de acordo com as especificidades de cada Unidade Escolar.

OBJETIVO GERAL

Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais.

PERÍODO

O presente plano de ação é de caráter anual de maneira híbrida ou presencial, seguindo o Calendário Escolar da SEE/DF.

DIMENSÃO 1 – MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL: Conhecer o contexto escolar por meio de mapeamento e reflexão acerca dos diversos aspectos institucionais; desenvolver estratégias de escuta qualificada das vozes institucionais, para analisar e entender os aspectos intersubjetivos.

Mapeamento Institucional			
Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos

<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a estrutura física e funcional da Escola Classe Café Sem Troco; - Promover ações pedagógicas de acolhimento aos Professores nas coordenações coletivas; - Identificar as tendências educacionais e as concepções sobre Educação, ensino, desenvolvimento e aprendizagem; - Diagnosticar áreas de interesse e/ou lacunas na formação dos educadores para promover trocas de experiências contemplando tais necessidades; <ul style="list-style-type: none"> - Entrevistar os Professores individualmente e por grupos; - Reunir com a Equipe 	<ul style="list-style-type: none"> - Visitação presencial da Unidade Escolar; - Solicitando para o Secretário da UE a listagem dos servidores e suas respectivas funções, quantidade de salas, números de turmas, total de estudantes, listagem de todas as turmas, quantitativo de estudante NEE por etapa (modalidade/série-ano); - Análise dos documentos institucionais da Unidade Escolar; Levantamento de dados com a secretaria acerca dos índices e quantitativos da instituição de ensino; - Receber presencialmente as Famílias com estudantes especiais; 	<p>11/03;</p> <p>04/03;</p> <p>Durante o ano todo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Chefe de Secretaria, SOE e AEE/Sala de Recursos; - Chefe de Secretaria; - Pedagoga e psicóloga da EEAA, docentes, Equipe Gestora, Secretário Escolar, coordenadores pedagógicos, orientadora educacional, Professora da Sala de Recursos, auxiliares de Educação da unidade de ensino, Comunidade Escolar e discentes. - Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipe Gestora e
--	---	---	--

<p>Gestora, Equipe de Apoio e Supervisão;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os tipos de interações que ocorrem entre os segmentos que compõem a comunidade escolar; promovendo intervenções e reflexões; - Ler o regimento interno, conhecer os Projetos e a Proposta Pedagógica; - Participar ativamente dos projetos da UE; - Criar Projeto para “acolher” e trabalhar as emoções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escuta institucional e/ou observação em todos os âmbitos da rotina escolar; - Articulação de parcerias com os diversos serviços de apoio oferecidos; - Participação em todos os espaços do cotidiano escolar pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem; - Discussão a respeito do papel de cada um dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem; - Acompanhamento dos resultados dos projetos na Unidade Escolar e suporte para a implementação e/ou atualização dos mesmos; - Participando de vídeo chamadas dos Professores em turno contrário (aula de reforço e/ou reagrupamento); - Entrevistas com os Professores Regentes para coletar dados pertinentes ao processo educacional e queixas escolares em questão; - Execução do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO”; 		<p>Coordenadores.</p>
---	--	--	-----------------------

DIMENSÃO 2 – ASSESSORIA DO TRABALHO COLETIVO

OBJETIVO GERAL: Oferecer suporte ao processo de Gestão Escolar; contribuir com conhecimentos especializados na promoção da formação continuada do corpo docente; mobilizar a comunidade rumo a uma participação mais efetiva do cotidiano escolar.

ASSESSORIA DO TRABALHO COLETIVO

Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos
<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para a atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico;- Apresentar o plano de ação de 2021 da EEAA para Equipes Gestora e Pedagógica;- Facilitar e incentivar a construção de estratégias diversificadas de ensinamentos quanto forem possíveis;- Contribuir com a formação continuada dos Professores;- Promover grupos de discussões de técnicas e estratégias de trabalho;- Contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os sujeitos da UE;- Intervir nas situações de queixa escolar;- Oferecer um espaço de escuta aos familiares sobre situações que atrapalhem o sucesso escolar;	<ul style="list-style-type: none">- Atualização do PPP com ações que contemplem as demandas coletadas em 2020;- Esclarecimento da atuação da EEAA em todas as dimensões da Orientação Pedagógica do serviço, com ênfase nos diferentes níveis do PAIQUE;- Participação nas Coordenações Coletivas, Conselhos de Classes e Estudos de Caso, apresentando intervenções/sugestões pertinentes aos planejamentos em questão;- Orientações aos Professores Regentes de acordo com os encaminhamentos/solicitações de apoio;- Promoção de momentos de troca de experiências entre os pares com discussão de possibilidades diferenciadas de intervenções acerca das	<ul style="list-style-type: none">- Ao longo do ano letivo.	<ul style="list-style-type: none">- Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipe Gestora e Coordenadores Pedagógicos.

<ul style="list-style-type: none"> - Promover espaços de reflexão; - Promover espaços de reflexão de situações que impedem o desenvolvimento do trabalho coletivo; - Desenvolver coletivamente estratégias que favoreçam o trabalho em Equipe; - Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades de todos os atores envolvidos com a instituição de ensino; - Mobilizar o corpo docente para participar de momentos de estudos e discussões relacionados a práticas exitosas; - Promover e participar de Oficinas Pedagógicas e Projetos de acordo com o levantamento de necessidades do Mapeamento Institucional; - Fazer estudos de caso; - Participar dos Conselhos de Classe; - Realizar Projetos e ações institucionais; - Identificar as barreiras que estejam dificultando o ensino e a aprendizagem; - Intervir e assessorar o trabalho coletivo dos Professores; - Observar as queixas dos Professores e traçar estratégias favorecendo avanços progressivos e contínuos dos estudantes. 	<p>dificuldades de aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa nos grupos para observação dos estudantes em queixa; - Elaboração e disponibilização de materiais virtuais ou não, com sugestões de bibliografias e temas pertinentes; - Implantação do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO” para estimular a conscientização emocional de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem por meio de contação de histórias encenadas (aulas presenciais) ou gravadas (aulas remotas), leitura de literatura infantil, dinâmicas e relaxamentos; - Apresentação do desenvolvimento do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO” para sensibilizar e conscientizar os familiares dos estudantes acerca do seu papel na Educação dos filhos, debatendo as emoções e mostrando suas potencialidades. 		
--	---	--	--

DIMENSÃO 3 – ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVO GERAL: Assessorar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem visando a promoção do desenvolvimento do educando em busca da concretização do sucesso escolar, levando em conta a idade/ano que o educando se encontra.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos
<p>- Construir, conjuntamente com o Professor, alternativas didáticas- metodológicas de ensino e de avaliação com foco na promoção de habilidades e competências dos educandos, incorporando-as às práticas pedagógicas;</p> <p>- Intervir individualmente (vídeo chamada ou áudios em aulas remotas) e/ ou em grupo (níveis do PAIQUE) junto aos sujeitos e aspectos que possam dificultar o processo de ensino e aprendizagem;</p> <p>- Avaliar de maneira contextual os estudantes para encaminhamentos necessários e/ou previstos na estratégia de matrícula da SEEDF;</p> <p>- Elaborar documentos/relatórios apresentando a devolutiva de cada caso com as possibilidades de adequação ou readequação educacional e de intervenção pedagógica para a situação escolar do estudante;</p>	<p>- Análise de práticas escolares que favoreçam o crescimento no desempenho dos estudantes, com vistas à cultura de sucesso escolar;</p> <p>- Acompanhamento individualizado e/ou em grupo com intervenções relacionadas às habilidades e competências previstas no currículo;</p> <p>- Assessoria aos planejamentos de aula com intervenções pedagógicas específicas de acordo com as dificuldades;</p> <p>- Sugestão e supervisão de atividades dirigidas com objetivo pedagógico de propiciar consciência de si mesmo e interação entre os estudantes para desenvolvimento perceptivo, psicomotor, afetivo e outros;</p> <p>- Reflexões acerca do</p>	<p>- Ao longo do ano letivo.</p>	<p>- Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipes Gestora e Pedagógica, estudantes e familiares.</p>

<p>- Acompanhar e dar suporte para a realização de projetos interventivos e reagrupamentos que viabilizem a aprendizagem;</p> <p>- Promover e participar do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO”...</p>	<p>processo de ensino aprendizagem visando adaptações avaliativas e adequações curriculares;</p> <p>- Encontros e reuniões com pais e/ou responsáveis para estimular participação constante na vida escolar de seus filhos;</p> <p>- Devolutivas em todos os campos de atuação da EEAA;</p> <p>- Planejamento e participação, junto aos discentes e docentes, em atividades dirigidas relacionadas ao projeto que trabalha as emoções (bimestral/mensal respectivamente);</p> <p>- Participação de convidados com histórias de superação para incentivar os estudantes a acreditarem num futuro promissor.</p>		
--	--	--	--

VIII. Acompanhamento e Avaliação

Este plano será acompanhado e avaliado ao fim de cada semestre pelos profissionais do SEAA e Equipe Gestora da instituição de ensino por meio de observações sistemáticas das ações aqui propostas, reflexões e análise sobre o andamento dessas ações (como e se estão sendo atendidas), além de revisão das necessidades da Unidade Escolar.

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a Equipe Pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da Unidade Escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

PLANO DE METAS

- Fortalecer a Orientação Educacional perante a Comunidade Escolar;
- Zerar a evasão e abandono escolar no ensino remoto;
- Contribuir no desenvolvimento da Inteligência Emocional de toda a Comunidade Escolar;
- Promover ações de integração Família - Escola;
- Prevenir o abuso sexual infanto-juvenil e outras formas de violência;
- Denunciar todo caso suspeito ou de reconhecida violência contra criança ou adolescente;
- Promover a Cultura da Paz e o respeito;
- Promover ações educativas individuais e coletivas aos estudantes;
- Fortalecer o trabalho pedagógico desenvolvido na Escola;
- Acolher a Comunidade Escolar;
- Promover ações que favoreçam a Educação Inclusiva;
- Participar da construção do Projeto Pedagógico – PP;
- Mapear a rede de proteção;
- Integrar ações internas e externas que favoreçam a “Transição Escolar” dos estudantes.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO
	Educação em Cidadania (DH)	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
<p>- Acolhimento aos estudantes, familiares e Professores;</p> <p>- Promoção da identidade da Orientação Educacional;</p> <p>- Autoestima;</p> <p>- Formação continuada.</p>	X	X		<p>- Apresentação do trabalho da Orientação Educacional para a Comunidade Escolar através de vídeo explicativo enviado em todas os grupos das turmas de Whatsapp da Escola.</p>	<p>- Ação junto às Famílias;</p> <p>- Ação junto aos estudantes;</p> <p>- Implantação da Orientação Educacional.</p>	08 a 12 de Março
				<p>- Apresentação das funções das Equipes de Apoio – OE, EEAA e AEE aos Professores e Equipe Gestora.</p>	<p>- Ação junto aos Professores;</p> <p>- Ações institucionais.</p>	Março e Abril
				<p>- Encontros de formação e acolhimento da Equipe de Apoio para a Equipe Gestora e Professores;</p> <p>- Promoção de palestras e formações para a Equipe Docente.</p>	<p>- Ação junto aos Professores;</p> <p>- Ações institucionais;</p> <p>- Ações em rede.</p>	Última quarta-feira dos meses compreendidos entre Março e Novembro.
				<p>- Conversas com familiares e estudantes através de ligações, mensagens e chamadas de vídeos;</p>	<p>- Ações junto às Famílias;</p> <p>- Ações junto aos estudates.</p>	Todo o ano letivo.

				- Acolhimento aos novos estudantes com diagnósticos na Escola, através de conversas de acolhimento, bem como aqueles estudantes migrantes.		
- Ensino /aprendizagem; - Integração Família – Escola; - Acompanhamento da frequência escolar; - Trabalho coletivo.	X	X		Acompanhamento da frequência escolar e participação dos estudantes às aulas através dos registros de frequência dos diários dos Professores, conversas com os docentes, ligações/conversas com familiares, coleta de dados no leducar.	- Ações junto aos Professores, estudantes e Famílias;	Todo o ano letivo.
				- Participação nos eventos e projetos coletivos da Escola (Talentos do Campo, Semana de Educação para a Vida...) através da gravação de vídeos, mensagens e encontros síncronos no Google Meet, Zoom e Whatsapp.	- Ações junto aos Professores, estudantes e Famílias;	Todo o ano letivo.
				- Participação na confecção e entrega das apostilas aos estudantes e familiares.	- Ações junto às Famílias; - Ações Institucionais.	Todo o ano letivo.

			<ul style="list-style-type: none"> - Escuta ativa aos familiares através de conversas telefônicas, mensagens e chamadas para ouvir suas dificuldades com o ensino remoto e 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações junto às famílias; - Ações junto aos estudantes. 	<p>Todo o ano letivo.</p>
--	--	--	---	---	---------------------------

				construção conjunta de soluções para a participação efetiva do estudante às aulas.		
- Autoestima; - Desenvolvimento de competências socio-emocionais.	X	X		- Projeto “ <i>Em cada viagem uma emoção</i> ”: promover o desenvolvimento da inteligência emocional através do mundo da leitura, contação de histórias e gravação de vídeos para toda a Comunidade Escolar, além de encontros síncronos com os estudantes dos 4º e 5º anos quinzenalmente, com o objetivo de promover o hábito da leitura entre estes. O projeto será desenvolvido em parceria com a Pedagoga e a Professora da Sala de Recursos.	- Ações junto aos estudantes;	2º, 3º e 4º bimestre letivo.
				- Conversas e atividades individuais com os estudantes indicados pelos Professores que precisem de atenção voltada a sua autoestima.	- Ações junto aos estudantes.	Todo o ano letivo.

<p>-Transição; - Projeto de vida.</p>	<p>X</p>			<p>Projeto de transição escolar – “ Não tenha medo de voar”! para os estudantes dos 5º anos em parceria com o Centro de Ensino</p>	<p>- Ações junto aos estudantes; - Ações junto aos familiares.</p>	<p>4º bimestre.</p>
---	----------	--	--	--	--	---------------------

				<p>Fundamental PADF;</p> <p>- Dialogar com os estudantes e seus familiares através de encontros pela plataforma Google Meet as mudanças de fases que temos na vida; descobrir o funcionamento da Escola sequencial, ouvir e tirar dúvidas sobre o funcionamento da nova Escola; contação de histórias e rodas de conversas.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Sexualidade; - Cidadania; - Cultura de Paz. 	X	X	E	<p>- Projeto de prevenção à violência sexual infantil, em parceria com a EEAA e AEE da Escola. Gravação de vídeos para toda a Comunidade Escolar, encontros com os estudantes através do Google Meet para contação de histórias e conversas sobre o tema.</p> <p>- Uso de atividades diversas tais como o semáforo do corpo, poemas sobre o tema, confecção de desenhos e contação da história “ Não me toca seu boboca”;</p>	<p>- Ação junto às Famílias;</p> <p>- Ação junto aos estudantes;</p> <p>- Ação junto aos Professores.</p>	<p>- Segunda quinzena do mês de Maio.</p>
---	---	---	---	---	---	---

				<p>- Participação nas ações promovidas pela SEEDF sobre o tema da prevenção.</p> <p>- Semana de Educação para a vida: em parceria com a Professora da Sala de Recursos e a Pedagoga Escolar promover ações voltadas para a Cultura de Paz através de atividades que fortaleçam a autoestima dos estudantes e o respeito.</p>	<p>- Ação junto aos estudantes;</p> <p>- Ações junto aos familiares.</p>	<p>- Segunda quinzena do mês de maio.</p>
<p>- Inclusão das diversidades.</p>	X	X		<p>- Promover ações que promovam a inclusão escolar, especialmente na Semana de Luta das Pessoas com Deficiência, que ocorre no mês de setembro através da gravação de vídeos educativos, contação de histórias, desenhos, rodas de conversa, músicas.</p>	<p>- Ações junto aos Professores;</p> <p>- Ações junto aos estudantes.</p>	<p>Durante todo o ano letivo, especialmente e no mês de Setembro.</p>
<p>- Ações em rede.</p>	X	X		<p>- Articular ações junto a rede externa para estudantes e Professores;</p> <p>- Encaminhar estudantes e familiares para o acompanhamento pela rede externa, sempre que for necessário.</p>	<p>- Ações junto aos Professores;</p> <p>- Ações junto aos estudantes;</p> <p>- Ações junto às famílias</p>	<p>Durante todo o ano letivo.</p>

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados

Diário de Classe do Professor, dados do IEDUCAR, feedback em Conselhos de Classe e Coordenações Coletivas pelo Professor e Equipe Gestora, presença nos encontros dos estudantes pelo Google Meet, pesquisa entre os estudantes através do Google forms, observações.

PLANO DE AÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (Brasil, 2008).

De acordo com a Orientação Pedagógica da Educação Especial (2010), o Atendimento Educacional Especializado é um serviço de natureza pedagógica realizado na Sala de Recursos por Professor especializado que complementa as orientações curriculares desenvolvidas em classe comum. A sua oferta é obrigatória pelo sistema de ensino para os estudantes diagnosticados com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência física (DF), Deficiências Múltiplas (DMU) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

O Atendimento Educacional Especializado que ocorre na Sala de Recursos deve estar fundamentado nas habilidades e competências do estudante, considerando sua condição específica para realizar determinadas tarefas. Nesse sentido, a avaliação é imprescindível para o Professor iniciar o trabalho pedagógico especializado, pois é importante conhecer o estudante e as suas condições de inserção e participação na Escola, na Família e na sala de aula regular.

Assim, o Professor poderá providenciar os ajustes e as adequações nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem do estudante, público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, garantindo-lhe Educação de qualidade.

Atendimento Educacional Especializado no contexto da Comunidade Escolar

A Escola Classe Café Sem troco, uma Escola do Campo, oferta o atendimento Especializado na Sala de Recursos Generalista, os estudantes atendidos apresentam em uma grande maioria diagnóstico com Deficiência Intelectual.

Pensando nesse desafio de garantir um ambiente educacional acolhedor que efetivamente promova a escolarização do estudante na perspectiva da Educação Inclusiva, assumimos um

caráter de suporte e apoio à Educação regular, por meio do atendimento à Escola, ao Professor da classe regular e ao estudante.

Com o objetivo de promover o ensino de conteúdos específicos, utilizamos estratégias e recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados, no qual facilitam a abordagem dos conteúdos que são fundamentais para garantir a aprendizagem e acesso ao conhecimento.

OBJETIVO GERAL

Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais.

PERÍODO

O presente plano de ação é de caráter anual, seguindo o Calendário Escolar da SEE/DF.

ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL

Ações	Objetivos	Público alvo	Cronograma	Avaliação
- Trabalhar com jogos pedagógicos aliados a realidade de cada estudante.	- Desenvolver o aspecto cognitivo do estudante nos quesitos: percepção, atenção, memória, linguagem e raciocínio lógico.	- Estudantes atendidos na Sala de Recursos.	- Todo o ano letivo.	- Identificar as necessidades específicas e as habilidades do estudante, bem como características do desenvolvimento e funcionamento cognitivo, da linguagem, dos estilos e ritmos de aprendizagem, do desenvolvimento motor e dos comportamentos e atitudes do estudante em situação de aprendizagem escolar através de estímulos.
- Participação efetiva do Professor da Sala de Recursos nos espaços coletivos (coordenações, Conselhos de Classe e	- Identificar as práticas e concepções educativas sobre Educação, ensino, desenvolvimento e aprendizagem; - Perceber os tipos de interações (incoerências,	- Toda Comunidade Escolar.	- Todo o ano letivo.	- A avaliação será Realizada coletivamente por meio de conversas e feedback.

momentos de planejamento diversos).	conflitos ou avanços) que ocorrem entre os diversos segmentos que compõem a Comunidade Escolar.			
- Produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas de cada estudante em sala de aula do ensino regular.	- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; - Promover sua interação social e escolar.	- Estudantes atendidos na SR.		- Com base nas potencialidades e considerando as dificuldades apresentadas pelo estudante, indicar quais são as suas necessidades educacionais especiais que constituem os objetivos do planejamento pedagógico no AEE.
- Desenvolver atividades relativas ao trabalho com a postura, locomoção, manipulação de objetos e Aprendizagem Motora (lateralidade, equilíbrio, orientação espaço temporal)	- Desenvolver habilidades e capacidade motora, orientação e mobilidade; - Possibilitar a construção de conhecimentos sobre os diferentes espaços e ambientes, facilitando a locomoção dos estudantes.	- Estudantes atendidos na sala de recursos	- Todo o ano letivo	- Observações e registros; - Permanente e concomitante a execução das atividades.

<ul style="list-style-type: none"> - Atividades diferenciadas que abordem as especificidades relativas à Adequação Curricular de cada estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar o desenvolvimento da leitura, da escrita e do raciocínio matemático de maneira compatível com seu nível de conhecimento e de acordo com as limitações apresentadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes atendidos na SR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo o ano letivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação diária juntamente com Professor regente; - Relatório descritivo.
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer articulação com os Professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar através dessa interação as necessidades específicas de cada estudante; - Buscar estratégias necessárias que promova a participação efetiva dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas atividades escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e estudantes atendidos na SR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo o ano letivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Interações informais.

<p>- Realizar entrevista com o(s) Professor(es), Gestores da Escola e a Família do estudante.</p>	<p>- Obter informações e dados a respeito das problemáticas enfrentadas pelo estudante em situações de aprendizagem;</p> <p>- Conhecer as</p>	<p>- Direção, Professores e Família.</p>	<p>- Durante todo ano letivo, em reuniões de pais e Conselho Escolar.</p>	<p>- Registro descritivo de informações pertinentes.</p>
---	---	--	---	--

características do ambiente familiar, do convívio, das relações e das condições do desse ambiente para aprendizagem escolar.			
--	--	--	--

PLANO DE AÇÃO O PROGRAMA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



JUSTIFICATIVA

O currículo da Educação Básica da SEEDF contempla a concepção de Educação Integral como aquela que visa garantir uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todos os seus aspectos, sejam eles éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos, motores, entre outros. Tal concepção permite que grupos e segmentos sociais, historicamente excluídos, tornem-se agentes do processo educativo. De acordo com o Currículo, trata-se de fomentar uma prática educativa que promova a mobilidade social e garanta seus direitos.

A Educação Integral respalda-se na ideia de ampliação dos tempos escolares, haja vista possibilitar às crianças, adolescentes e jovens, envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, a fim de reduzir a evasão, a reprovação e a defasagem idade-ano, bem como promover uma prática pedagógica que otimize a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos socioemocionais.

O Programa Escola em Tempo Integral vem oportunizar o desenvolvimento socioemocional

e cognitivo, dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou com dificuldades na

sua vida escolar. Desse modo possibilita a ampliação de oportunidades e conseqüentemente o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF.

OBJETIVO GERAL

O Programa Educação Integral, visa garantir uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas, em todos os seus aspectos: cognitivos, físicos, éticos, políticos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, motores..., onde apresenta como seus princípios: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo Escola - Comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Escolas Públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) estudantes da Educação básica (Meta 06 do Plano Nacional de Educação);
- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Meta 08 do Plano Nacional de Educação);
- Fomentar a qualidade da Educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (Meta 07 do Plano nacional de Educação);
- Ampliar a oferta de Educação Infantil em tempo integral, preferencialmente nas regiões administrativas de maior vulnerabilidade social, com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;
- Ofertar, progressivamente, o acesso à Educação Infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais para a

Educação Infantil;

- Atender aos estudantes das turmas em situação de distorção idade-série com tempo integral, de forma a contemplar a totalidade da Unidade Escolar;
- Relacionar o planejamento das atividades com o da sala regular;
- Buscar meios diversificados, lúdicos e estratégias pedagógicas que fujam da monotonia;
- Dar significância ao trabalho desenvolvido: Buscar meios atrativos, dentro da realidade social e econômica da região e da zona de interesse do estudante;
- Fomentar a participação das Famílias e comunidade nas atividades desenvolvidas; Contribuir para a formação de crianças e adolescentes, como agentes e formadores de uma sociedade;
- Evidenciar as potencialidades individuais de cada estudante, incentivar o desenvolvimento próprio;
- Contribuir com a formação humana, por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

METODOLOGIA

As atividades serão associadas, em sua maioria, a práticas educativas com formação humana em diferentes dimensões: cultura, lazer, esporte, arte..., entre outros.

Serão utilizados jogos pedagógicos, confecção de brinquedos e jogos, com materiais de reaproveitamento, leitura através do uso de **KARAOKÊ**, leitura de diferentes gêneros textuais, produção de alimentos usando receitas, peças teatrais e musicais, capoeira, danças regionais e diversas, resgatar brincadeiras antigas.

AValiação

Os estudantes serão avaliados nos primeiros dias de aula (avaliação diagnóstica), como forma de identificação se suas necessidades e também como construção de um meio norteador para as estratégias de atividades a serem desenvolvidas.

Serão avaliados de forma individual, por meio de observações somativas respeitando suas próprias necessidades e avanços, onde esse currículo se transforma constantemente de acordo

com a necessidade do educando.

SERVIDORES READAPTADOS

A PORTARIA Nº 14, DE 11 DE JANEIRO DE 2021, dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCDs (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, sobre a organização dos atendimentos ofertados e sobre os critérios de modulação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público readaptados e PCDs com adequação expressa para não regência.

Em atenção especial aos servidores readaptados, esta Portaria abrevia, em seu Artigo 1º: Aprovar normas sobre a atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal em exercício nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino e unidades parceiras, quanto:

V - à modulação e à atuação dos servidores readaptados e servidores PCDs com adequação expressa para não regência;

No Art. 24: A atuação do servidor readaptado e do servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe, bem como do servidor com restrição temporária, deve respeitar a jornada de trabalho da UE/UEE/ENE;

§1º A atividade a ser desenvolvida pelo servidor readaptado e pelo servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe, bem como do servidor com restrições temporárias será compartilhada com o coordenador pedagógico local, Professores e demais profissionais da Educação no espaço da coordenação coletiva;

Art. 39. Para o servidor readaptado, o servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe e o servidor em restrição temporária, respeitadas a condição de readaptação, de deficiência e de restrição temporária, a coordenação pedagógica dar-se-á da seguinte forma:

I - com jornada ampliada, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de atuação, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

a) quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;

- b) dois dias destinados à coordenação individual na UE/UEE/ENE ou à formação continuada;
- c) dois dias destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

II - no regime de vinte mais vinte horas ou vinte horas semanais, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

- a) um dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual ou coletiva na UE/UEE ou à formação continuada;
- b) um dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

No Art. 52. Fica a UE/UEE/ENE autorizada a escolher Coordenadores Pedagógicos Locais entre os Professores readaptados referendados por seus pares em ata específica e que atendam aos requisitos do art. 40 desta Portaria, no mesmo quantitativo de Coordenadores Pedagógicos Locais previsto nos artigos 47 e 48.

Já o Art. 70. Para atuar no AEE/ Sala de Recursos, o profissional deve ser ocupante do cargo de Professor de Educação Básica com aptidão comprovada, conforme Portaria própria.

Parágrafo único. Se Professor readaptado, deve ser verificado, no laudo médico de readaptação emitido pela SUBSAUDE/SEQUALI/SEEC, se as restrições determinadas são compatíveis com a atuação requerida no AEE.

Art. 88. Respeitado o previsto no art. 277 da Lei Complementar nº 840/2011, o servidor readaptado e o servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe podem atuar nas seguintes áreas da UE/UEE/ENE, desde que as restrições/adequações definidas no laudo médico emitido pela SUBSAUDE/SEQUALI/SEEC, sejam compatíveis com a atuação:

- I - em Biblioteca Escolar e Biblioteca Escolar - Comunitária, conforme norma específica;
- II - em videoteca, laboratório de informática e laboratório de ciências, brinquedoteca, ludoteca, musicoteca, cineclubes escolar e outros espaços em que se faça uso de multimeios didáticos para suporte ao Professor regente, ou na condução direta da atividade, quando a restrição assim o permitir;
- III - em atividades de apoio pedagógico, tais como: atendimento à Comunidade Escolar, acompanhamento de atividades pedagógicas complementares (reforço e/ou atendimento individual ou em pequenos grupos) e outras correlatas;
- IV - em atividades de apoio à coordenação pedagógica, na articulação das relações institucionais (visitações, palestras, projetos, estágios, entre outras), elaboração de material pedagógico, orientação de estudos, elaboração e confecção de murais temáticos, em eventos comemorativos e

de culminância e outras atividades correlatas;

V - em projetos previstos na PP da UE/UEE/ENE ou apresentados pelo próprio servidor readaptado (horta escolar, Educação alimentar, Educação financeira, Educação do consumidor, higiene e saúde, grafiteagem, Educação ambiental, violência escolar, "bullying", entre outros);

VI - como Diretor, Vice-Diretor, Supervisor e Coordenador Pedagógico Local;

VII - em atividades suplementares, ofertadas pelas UEs/UEEs/ENEs que atuam com Educação Integral;

VIII - na Sala de Recursos, como itinerante, como intérprete, na SAA e/ou no SEAA, respeitando-se laudo de capacidade laborativa emitido pela SUBSAUDE/SEEC, desde que o servidor tenha aptidão comprovada, conforme Portaria própria.

§1º O servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe deverá atuar na UE/UEE/ENE de forma análoga ao readaptado.

§2º A atuação de que trata o caput deve considerar o contexto escolar, a restrição laborativa do servidor readaptado e/ou adequação do PCD, o compartilhamento de intenções e procedimentos com a Equipe Gestora e demais servidores da UE/UEE/ENE.

§3º A atuação do servidor com limitação de atividade temporária deve respeitar a jornada de trabalho da UE/UEE/ENE, sendo, durante o período da restrição, de forma análoga à do readaptado.

Art. 89. Os servidores readaptados, os servidores PCDs com adequação expressa para não regência de classe e os servidores em restrição temporária, devem apresentar Proposta de Trabalho vinculada à PP da UE/UEE/ENE, conforme modelo disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP.

Parágrafo único. Visando assegurar a delimitação das atividades a serem desenvolvidas na função de apoio/ suporte, descritas no art. 88, bem como a preservação da identidade profissional do servidor readaptado e do servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe diante de toda a Comunidade Escolar, a Proposta de Trabalho deve conter detalhamento das atividades a serem desempenhadas nessa função.

Art. 90. A atividade a ser desenvolvida pelo servidor readaptado e pelo servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe será compartilhada com o Coordenador Pedagógico Local, Professores e demais profissionais da Educação no espaço da coordenação coletiva.

Art. 95. O Professor readaptado ou Professor PCD com adequação expressa para não regência de classe que atuar como Professor/tutor na Educação a Distância não contará no quantitativo previsto na modulação de readaptados.

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, volume 1, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação. PNE 2014-2024. Lei nº 13.005/2014.: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.408p.

CADERNOS RCC#15 - Volume 5 - Número 4 - Novembro 2018. Disponível em <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/download/572/366/>

Cidades. Brasília, terça-feira, 28 de fevereiro de 2012. CORREIO BRAZILIENSE. Página 36.

LEI Nº 11.988, DE 27 DE JULHO DE 2009.

PORTARIA Nº 14, DE 11 DE JANEIRO DE 2021.

MACHADO, Marieta Lúcia Nicolau. *A Educação Pré-escolar*, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

PARECER CNE/CEB nº 11/201.

SEE/DF. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos.* Brasília, 2018

SEE/DF. *Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil – 2014.*

SEE/DF. *Currículo em Movimento da Educação Básica – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 2014.*

SEE/DF. Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, 2014-2017.

SEE/DF. *Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 2019.*

SEE/DF. *Diretrizes Pedagógicas para organização Escolar do 2º Ciclo para as aprendizagens: BIA e 2º Bloco, 2014.*

SEE/DF. *Diretrizes Pedagógicas e operacionais da Educação em Tempo Integral.*

SEE/DF. *Estratégia de Matrícula: 2020.*

SEE/DF. Plano Distrital de Educação – PDEDF .(2015/2024), Lei nº 5.499, de 14/7/2015.

SEE/DF. *Proposta pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização no DF.* Brasília, 2006.

SEEDF. *Portaria Nº 419, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.*

SEE/DF. *Projeto Educação com Movimento: Projeto de inserção do Professor de Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.*

SEE/DF. *Orientação pedagógica da Educação Especial.*

SEE/DF. *Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;* Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 102 - pp. 15- 17 – 31 de Maio de 2019 – Sexta-Feira pela PORTARIA Nº 180, DE 30 DE MAIO DE 2019.

SINJ. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF.

VILLAS BOAS, Benigna M. de F. Projeto Interventivo no Bloco Inicial de Alfabetização no Distrito Federal: Projeto envolvente e traz resultados a curto prazo. *Educação Teoria e Prática*, São Paulo, v. 20, n. 35, p 39-56, jul-dez/2010.

**ASSINATURAS DA EQUIPE DE ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA
GESTORES ESCOLARES, SUPERVISÃO, APOIO EDUCACIONAL**

Diretor (a) Escolar

Vice Diretor (a) Escolar

Supervisor (a) Pedagógico Escolar

Chefe de Secretaria Escolar

Orientador (a) Educacional

Atendimento

Educaciona

Especializado

Pedagogo(a) (SEAA)

DATA DA CONCLUSÃO DESTE DOCUMENTO: 07/06/2022